

SANEAR

ANO XVI
N.44

A REVISTA DO SANEAMENTO

**SEM A ATUAÇÃO
DAS COMPANHIAS
ESTADUAIS
NÃO HAVERÁ
UNIVERSALIZAÇÃO
DENTRO DO PRAZO
PREVISTO**

Especial: desafios do abastecimento de água e saneamento na Amazônia

Espaço das Associadas: confira as novidades das companhias

PNQS: empresas que aderem a programas de excelência avançam na universalização


aesbe
Associação Brasileira das Empresas
Estaduais de Saneamento

Seja um **EXPOSITOR** no Seminário Nacional da Aesbe 2023!

Data: 29/11, 30/11 e 01/12

Local: Centro Internacional de
Convenções do Brasil (CICB)

**o maior Centro de Convenções da
América Latina, em Brasília (DF)**

Tem interesse em ser um
expositor no Seminário
Nacional da Aesbe? **Acesse o
formulário de manifestação
de interesse no QRcode**




aesbe
Associação Brasileira das Empresas
Estaduais de Saneamento

A importância das companhias estaduais para a universalização dos serviços de saneamento

Aesbe lançou no mês de maio um importante estudo, que compõe a Série Universalizar, que comprova que as estatais de saneamento lideram os investimentos do setor de saneamento nos últimos 20 anos. O estudo apresenta uma análise aprofundada sobre os investimentos feitos no setor de saneamento básico de 2002 a 2021, utilizando a base de dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

De acordo com o levantamento, as Companhias Estaduais de Saneamento desempenham um papel crucial, sendo responsáveis por **79% do total dos recursos investidos no país**, equivalente a R\$ 276,4 bilhões - dos R\$ 351,9 bilhões totais investidos no período, **evidenciando a importância da atuação dos prestadores públicos para se chegar à universalização dos serviços de saneamento em 2033.**

O estudo oferece uma análise metódica dos investimentos feitos nos setores de água e esgoto no Brasil. O foco da análise reside em dois grupos de abrangência, regional e microrregional, além de dois grupos distintos de natureza jurídica, públicos e privados. O documento proporciona um resumo conciso dos investimentos realizados e do impacto desses na expansão dos sistemas; evidencia que os desafios rumo à universalização do saneamento são consideráveis; destaca a importância de considerar soluções alternativas e individuais; e de estimular o desenvolvimento de novos modelos de prestação de serviços.

Quando ampliamos o impacto substancial dos investimentos de todos os

prestadores públicos, temos a soma de R\$ 324,6 bilhões, representando 92% do total de investimentos do país. Enquanto isso, prestadores privados investiram apenas 8% do total, equivalentes a R\$ 27,2 bilhões.

O ano de 2014 marcou o pico de investimentos no setor, com um total de R\$ 24,1 bilhões. Prestadores públicos e companhias estaduais lideraram a contribuição com R\$ 18,8 bilhões, que representaram 78,1% do total. As companhias estaduais se destacaram, também, ao investir 54,4% de recursos próprios.

A Aesbe ressalta que a manutenção dos decretos 11.466/23 e 11.467/23 é essencial para assegurar a continuidade dos investimentos no setor. Os decretos possibilitam um investimento de R\$ 120 bilhões para o setor de saneamento, beneficiando cerca de 70 milhões de pessoas, que residem em 2.454 municípios, e estavam desassistidas pela legislação anterior.

Os números destacados pelo estudo da Aesbe evidenciam o papel crucial das companhias estaduais no avanço do saneamento básico brasileiro ao longo das últimas duas décadas. Estas empresas possuem como meta principal a ampliação dos investimentos no setor para alcançar a universalização dos serviços de saneamento em 2033.

A Aesbe continuará atuando junto às suas associadas para levar saneamento básico e dignidade a toda a população brasileira das áreas urbanas, rurais, indígenas e periféricas.

Universalizar é nossa missão!



Neuri Freitas,
diretor-presidente da Aesbe

EXPEDIENTE

Coordenação Editorial:

Rhayana Araújo

Projeto Editorial e Gráfico, Design:

Foco 21 Comunicação

Redação:

Rhayana Ferreira Araújo, Michelle Khar Sidy Dioum e Foco 21 Comunicação

Revisão:

Rhayana Araújo e Foco 21 Comunicação

Capa:**Imagens:**

Arquivo Aesbe, Arquivo Caer, Arquivo Caerd, Arquivo Caern, Arquivo Caesb, Arquivo Cagece, Arquivo Cagepa, Arquivo Cedae, Arquivo Compesa, Arquivo Cosama, Arquivo Deso, Arquivo Embasa, Arquivo Saneago, Arquivo Sanesul

Impressão:

Qualidade Gráfica e Editora

Tiragem:

10.000 exemplares

Diretor-Presidente:

Neuri Freitas (Cagece/CE)

Diretores-Vice-Presidentes Regionais:

Norte: James da Silva Serrador (Caer/RR),

Nordeste I: Roberto Sérgio Ribeiro Linhares (Caern/RN)

Nordeste II: Luciano Gois Paul (Deso/SE)

Centro-Oeste: Ricardo Soavinski (Saneago/GO)

Sudeste: Munir Abud (Cesan/ES)

Sul: Claudio Stabile (Sanepar/PR)

Conselho Fiscal:

Pedro Cardoso (Caesb/DF) - presidente

Armando do Valle (Cosama/AM)

Cleverson Brancalhão da Silva (Caerd/RO)

Equipe Aesbe: Sergio Antonio Gonçalves - secretário Executivo da Aesbe; Antonio Costa de Lima Junior - Assessoria Jurídica; Rhayana Ferreira Araújo – gerente de Comunicação; Marcos Monteiro de Oliveira – Informática; Lisiene Goulart de Souza – Secretaria; Michelle Khar Sidy Dioum – estagiária de Comunicação; Maria da Cruz Campos Matos de Souza – Serviços Gerais.

09 REPORTAGEM DE CAPA

Sem a atuação das companhias estaduais não haverá universalização dentro do prazo previsto

06 ESPAÇO CEO

Entrevista com Ricardo Soavinski, presidente da Saneamento de Goiás S. A. (Saneago)

20 ESPECIAL

Os desafios do abastecimento de água e saneamento na Amazônia

26 ESPAÇO CÂMARAS TÉCNICAS

Câmara Técnica de Logística e Suprimentos da Aesbe promove parcerias internacionais para aprimoramento dos serviços

28 PROFISSIONAIS DO SANEAMENTO

Valorização do Colaborador - Trabalho e comprometimento com a empresa nas ações de saneamento básico

30 SUSTENTABILIDADE

Dia Mundial do Meio Ambiente marca meio século de mudanças climáticas e novos entraves à universalização

32 EVENTOS

35 INOVAÇÃO

Caesb, Sanepar e Cagece são pioneiras na implementação do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) em Saneamento Ambiental

37 ESPAÇO DAS ASSOCIADAS

64 CURIOSIDADES

Empresas que aderem a programas de excelência do PNQS avançam na universalização

66 OPINIÃO

Para que e para quem serve a regulação do Saneamento Básico?



**RICARDO
SOAVINSKI**

Entrevista com Ricardo Soavinski, presidente da Saneamento de Goiás S. A. (Saneago)

Nesta edição 44 da Revista Sanear, o Espaço CEO conta com a participação do presidente da Saneago, Ricardo Soavinski, que avalia a trajetória da Companhia, detalhando tanto as conquistas quanto as estratégias para os próximos anos. Ele explica, ainda, que todo o lucro da estatal é revertido em investimentos, fundamentais para manter os sistemas em plena funcionalidade e em franca expansão, visando à universalização.

Sanear: Qual foi a principal missão desta gestão quando assumiu a Presidência da Saneago?

Soavinski: A missão desta gestão foi fazer valer a missão da Saneago: prestar serviços de saneamento básico, promovendo qualidade de vida e gerando resultados com sustentabilidade. Para fazer isso acontecer, desde o primeiro dia, trabalhamos com foco no operacional, no ambiental, no financeiro e na governança. Tudo isso, suportado por uma atuação eficiente de todas as áreas da Companhia.

Um dos objetivos foi afastar o medo do racionamento. E sabíamos que, para manter a regularidade no abastecimento, era preciso alavancar os investimentos em obras e melhorias operacionais. Para tanto, já no início, nosso mote foi realizar essas ações desde os mananciais até as torneiras. Estamos em uma escalada de investimentos, como visto por poucas empresas do setor no Brasil.

No ano passado, especificamente, a Companhia somou R\$ 839,83 milhões em investimentos – incluindo as parcerias – em sistemas de água, esgoto e equipamentos para manter a plena funcionalidade das unidades. O incremento destes investimentos e a boa gestão são traduzidos na regularidade dos sistemas, na qualidade da prestação dos serviços e na ampliação da população atendida.

Acompanhando as diretrizes do governador de Goiás, Ronaldo Caiado, a Saneago teve como prioridade dar funcionalidade às obras. Afinal, o que realmente importa, o que realmente traz significado para qualquer obra, é ela estar em plena funcionalidade.

Era urgente uma boa saúde financeira para que tudo isso fosse possível. Para recuperar a viabilidade de investimentos, conseguimos mais que duplicar o lucro líquido em 2019, se comparado a 2018, o que foi aumentando, ainda mais, nos anos seguintes. E fechamos 2022 com lucro líquido histórico de R\$ 401,63 milhões. Lucro que se materializou em investimentos e que foi revertido em benefício à população.

Como, por exemplo, na ampliação do índice de atendimento com esgotamento sanitário, no Estado de Goiás, em mais de 10 pontos percentuais, chegando a 70% dos habitantes. Em apenas quatro anos, ampliamos o sistema coletivo de esgoto a mais 830 mil goianos, beneficiando um total de 4,3 milhões de pessoas com este serviço que significa melhoria na saúde pública.

Isso é apenas um exemplo da nossa tônica de boa aplicação dos recursos

– que são advindos, exclusivamente, das tarifas de água e esgoto. E é fruto da grande reestruturação pela qual a Empresa passou, tendo como alicerce o fortalecimento da governança. Ou seja, nossa missão se mescla com nossas conquistas.

Sanear: Então, agora, passados mais de quatro anos, qual a avaliação do trabalho?

Soavinski: Os últimos anos foram marcados por muitas conquistas, na mesma medida em que foram repletos de desafios. O desempenho econômico-financeiro e socioambiental da Companhia reforça que estamos trabalhando no caminho certo.

Embora os últimos anos tenham sido de condições pouco favoráveis, com os desdobramentos da pandemia de coronavírus, as severas estiagens e um Novo Marco Legal do Saneamen-

to, nenhuma obra foi paralisada; mas, pelo contrário, executamos obras de Norte a Sul do estado.

Mesmo em meio a esse contexto, a Saneago conquistou excelentes notas em duas das maiores agências de avaliação de riscos: Moody's, com rating AA+.br, e Fitch, com AA-(bra). Para essas notas, os próprios relatórios das agências independentes pontuaram a manutenção da estabilidade do abastecimento de água, inclusive em face do recente cenário de crise hídrica no Brasil.

A preocupação com eficiência operacional pode ser comprovada também com o fato de Goiás ter o melhor índice de perdas de água na distribuição. A Saneago fechou 2022 com apenas 26,21%, muito melhor que a média nacional, que é de 40,3%, sendo o único estado com índice abaixo de 30%. Com apenas 17,2% no período, Goiânia é a melhor capital brasileira no quesito. Estes bons





Os investimentos continuarão por todo o estado para atingir as metas reforçadas pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico. Inclusive, o esforço é para antecipar a universalização para antes de 2033, que é o prazo legal.

números são comparáveis a grandes referências europeias e asiáticas. Menos água sendo desperdiçada significa mais água nas torneiras dos clientes.

Os resultados da Saneago têm sido transformados em premiações. Recentemente, a Companhia foi reconhecida pela terceira vez consecutiva no Ranking de Transparência, promovido pelo Goiás Mais Transparente. Em 2021 e 2022, a Companhia alcançou 100% ao atender os critérios do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e da Controladoria Geral do Estado (CGE). A Saneago é pioneira, em Goiás, no cumprimento da Lei das Estatais, e foi também a primeira a implantar o Programa de Compliance Público do Governo.

Todos esses avanços foram realizados com reajustes tarifários mínimos, muito abaixo da inflação. Inclusive, ampliamos a Tarifa Social, estendendo o desconto de 50% na fatura para mais famílias goianas em situação de vulnerabilidade, alinhado com a atenção do Governo do Estado de Goiás com os mais carentes. Tudo isso demonstra que estamos incorporando, cada vez mais, práticas de inovação e excelência nas rotinas de trabalho.

Sanear: Quais os desafios e os planos de futuro da Empresa?

Soavinski: Em 2023, a Saneago comemora 56 anos. Celebramos a data com números expressivos. Essa evolução foi possível graças a uma robusta governança, à capacidade econômico-financeira, ao foco na eficiência e na capacitação, às ações ambientais e aos investimentos realizados em obras.

Os investimentos continuarão por todo o estado para atingir as metas reforçadas pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico. Inclusive, o esforço é para antecipar a universalização para antes de 2033, que é o prazo legal.

Este trabalho será executado por meio da Saneago e também de parceiros, que poderão ser ampliados. A exemplo de parcerias que já temos com outras empresas do setor e que têm gerado bons

resultados. É nesta linha que a Saneago continuará trabalhando para superar os desafios e trazer, ainda mais, melhorias e qualidade de vida para os goianos.

Temos, atualmente, uma Saneago forte, com gestão moderna e empresarial, mas que em nenhum momento perdeu sua essência: o compromisso social de ser uma empresa do Estado de Goiás – Patrimônio dos Goianos. O futuro se constrói hoje. Isso é especialmente forte no setor do saneamento, cujas obras precisam ser planejadas, muitas vezes, com uma década de antecedência.

Além disso, afirmando nossas práticas sustentáveis e de olho no futuro, a Saneago aderiu ao Pacto Global da ONU [Organização das Nações Unidas] e firmou compromisso com o Movimento + Água. Nossa atuação é regida pelos princípios da transparência e da eficiência, com compliance fortalecido, regulação atuante e incorporação de iniciativas ESG (Ambiental, Social e Governança).

Tudo isso é uma síntese que demonstra de onde viemos, o que fizemos e para onde vamos. E esses são os caminhos que a Saneago está traçando, uma nova realidade para o saneamento em Goiás e no Brasil. Para que os serviços, com qualidade e regularidade, cheguem a todos, sem distinção – dos menores municípios e regiões mais afastadas aos grandes centros urbanos.



Sem a atuação das companhias estaduais não haverá universalização dentro do prazo previsto

O volume significativo dos investimentos feitos pelas estatais de saneamento demonstra a importância dessas companhias para o Brasil atingir as metas do novo marco regulatório até 2033. Elas foram responsáveis por 79% dos investimentos feitos no setor nos últimos 20 anos. Mais do que recursos financeiros, as experiências até o momento também mostram que para o país avançar rumo à universalização são necessários, entre diversos quesitos, administrar o compromisso com os planejamentos municipais, aprimorar a capacitação das empresas prestadoras de serviços e da mão de obra, trabalhar com indicadores adequados para a realidade do país, superar os desafios do déficit para ampliar os investimentos, incorporar as externalidades positivas que envolvem o saneamento em prol da sociedade, fomentar novos projetos com base nas parcerias público-privadas e valorizar a importância do papel social das empresas públicas nos estados.

Ao fazermos uma simples reflexão sobre os desafios que os serviços de tratamento de água e esgoto têm pela frente para atender a toda a sociedade brasileira, o cenário é claro: sem o trabalho das companhias estaduais, o saneamento não vai avançar nas medidas que as metas da universalização exigem até 2033. Os dados sobre essa condição estão explícitos no estudo “Avaliação dos Investimentos e seus Impactos nos Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Brasil no período de 2002 a 2021”, desenvolvido pela Associação Brasileira de Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe). O estudo, que tem como base os dados do SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, oferece uma análise detalhada dos investimentos no setor de saneamento básico, considerando a abrangência regional e microrregional, bem como a distinção entre as reservas de recursos dos serviços públicos e privados. O documento resume os investimentos realizados e seu impacto na expansão dos sistemas, destacando os desafios para a universalização do saneamento e a importância de soluções alternativas e modelos de prestação de serviços.

Nos índices levantados pelo estudo da Aesbe, as estatais foram responsáveis por 79% dos investimentos. Para se ter uma ideia da relevância desse volume, no período indicado, os investimentos totais foram de R\$ 351,9 bilhões em valores atualizados, o que corresponde a uma média de investimentos realizados nos últimos 20 anos, de R\$ 17,6 bilhões ao ano.

Responsável pela organização do estudo em conjunto com a Aesbe, o consultor para prestadores de serviços e agências reguladoras, engenheiro Adauto Santos explica que as 28 companhias estaduais que existem no Brasil, são responsáveis por mais de 3.500 municípios aproximadamente e mais de 75% da população, ou seja, 25 prestadores de serviços abrangem uma porcentagem



Adauto Santos, consultor

substantial em todo o país. “Mesmo em meio a uma série de questões que precisam ser discutidas nessa área, esses dados já demonstram a importância das companhias estaduais de saneamento para chegarmos à universalização”, pontua. Na avaliação do especialista, os investimentos poderiam ter alcançado um patamar muito maior ao longo desses 20 anos. Um dos motivos dos investimentos terem sido menores está ligado às dificuldades que muitas empresas encontram para obter recursos e o acesso a outras fontes de financiamento.

Com base no levantamento da Associação, Santos informa que as companhias privadas investiram somente 8% nesse período de 20 anos, sendo que mais de 56% do que eles investiram foram de recursos públicos, oriundos de bancos estatais. “Atualmente, diante desses números, a primeira questão a verificar é se esses prestadores de serviços privados têm capacidade para investir nos próximos anos. Alguns números mostram que para universalizar o saneamento em 10 anos, até 2033, precisamos investir em torno de R\$ 50 a R\$ 60 bilhões por ano. Porém, nos últimos 20 anos investimos cerca de R\$ 17 bilhões. Com esse baixo volume de investimentos será difícil atingir a universalização em 2033”, alerta.

O peso das informações verdadeiras para atender à realidade do país

Neste setor, informação vale ouro e quando ela não está correta as dificuldades para administrar soluções adequadas aumentam. Santos menciona a existência de outros estudos sobre o setor de saneamento, os quais afirmam que 35 milhões de brasileiros não têm acesso à água, o que ocasiona uma série de distorções informativas na imprensa e no mercado. “Analisando os mesmos dados que foram utilizados para chegar a essa estimativa, concluímos que na verdade são 36,5 milhões, de acordo com informações do SNIS. Quando consideramos os 36,5 milhões que descobrimos em nosso estudo, em vez dos 35 milhões mencionados nessa outra pesquisa, mais de 23 milhões de pessoas estão em áreas rurais que não podem ser atendidas por soluções convencionais. O problema é que a maioria dos órgãos de imprensa se baseia e divulga esses números irreais dificultando o direcionamento de ações mais condizentes com a realidade do país”, atenta Adauto Santos.

Diante disso, o consultor destaca que é necessário buscar alternativas para atender essas pessoas por meio de sistemas diferenciados. “No debate sobre universalização, quem está discutindo soluções individuais ou alternativas para atender pequenas comunidades ou dispersões rurais? É enganoso acreditar que se trabalha com números verdadeiros, pois não abordam a questão de garantir a universalização. Na realidade, o que eles querem é privatizar o setor sem um controle de regulação adequado, sem desenvolver modelos institucionais ou novos modelos de prestação de serviços que garantam a continuidade do fornecimento ou alcancem essas dispersões familiares, pequenas comunidades ou municípios de menor porte”, salienta. Conforme Santos, o primeiro estudo divulgado por outros institutos, mencionando 35 milhões de pessoas

não atendidas por redes, não reflete a realidade, especialmente quando se trata de comunidades rurais dispersas e pequenas. “É necessário atender essa população com modelos alternativos de gestão e novas formas de prestação de serviços”, ressalta.

Com esse cenário, Santos traz outros pontos que precisam ser alinhados para atingir as metas estabelecidas no Novo Marco Legal. Entre eles, o especialista observa se estão sendo discutidas, com o setor produtivo, que atua no saneamento, as mudanças de paradigmas necessárias. Ele elenca, por exemplo, se vamos ter materiais (tubulação de água e de esgoto) suficientes para poder usar nas redes e atender a proposta da universalização? Outra questão, nesse sentido, é se foi discutida com a indústria a questão de produção de equipamentos necessários para o sistema? “Faço essas considerações pelo fato que foi criada uma lei, mas não houve uma discussão com o setor que é responsável pelo saneamento do Brasil, e pelo setor produtivo, qual a melhor forma de atuar para atender as metas. Desse modo, a análise que fizemos dos investimentos realizados nos últimos 20 anos aponta dificuldades para atingirmos a universalização”, sinaliza.

Frente a esse quadro, Aduino Santos expõe que o setor de saneamento não tem capacidade instalada hoje, de saltar de R\$ 17,4 bilhões de investimentos por ano para R\$ 50 bilhões. “Mesmo colocando vários outros prestadores de serviços e recursos de outros lugares, não temos estrutura, pois o setor produtivo que é responsável por alimentar o saneamento, não está sendo discutido e não estão sendo fomentadas as ações imprescindíveis para que ele também se estruture para fornecer equipamentos e materiais”, afirma.

O mesmo caso acontece em termos de fornecimento de mão de obra qualificada e na proporção necessária para a execução dos projetos, entre outras

questões salientadas por Aduino Santos. Segundo ele, não temos empresas de projeto suficientes para elaborar todos os empreendimentos que precisam, assim como empreiteiras suficientes para executar as obras que são necessárias. O problema está também na qualificação de mão de obra de prestadores de serviços para operar e manter os trabalhos de forma racional. “Quando fizemos o primeiro estudo de necessidades e investimento no Brasil, em 2003, participei da análise do produto pelo Ministério das Cidades, por meio do qual chegou-se a conclusão que precisaríamos de R\$ 179 bilhões, naquela época, para garantir a universalização do saneamento no Brasil. Nessas análises discutimos que se pegássemos os R\$ 179 bilhões e colocasse à disposição do mercado, não universalizaríamos o setor, porque o dinheiro é necessário, mas não é o suficiente diante da dimensão do setor. Precisamos ter uma série de outras ações envolvidas para garantir a aplicação racional dos recursos, entre outros aspectos de gestão relevantes”, informa.

Um trabalho que exige compromisso com os planejamentos municipais para garantir eficácia e a qualidade de um insumo essencial à vida

Além disso, Santos destaca que o setor de saneamento está interligado com várias outras instâncias, o que demonstra sua interdisciplinaridade e necessidade de envolvimento de todos os atores na busca da universalização. No caso do planejamento urbano, para alcançar a universalização, por exemplo, é fundamental discutir com o município e o setor produtivo para alinhar as ações necessárias. “Destaco que o saneamento não é uma questão só de engenharia. O saneamento também é uma questão de saúde pública, de inclusão social, de meio ambiente e de educação. Nesse processo da universalização, tem vários

fatores envolvidos e um dos principais é planejamento urbano, que vai mostrar quantos municípios brasileiros têm seus planos municipais de saneamento básico elaborados e atualizados conforme recomenda a lei e quantos não têm. Para garantir a universalização, temos que saber em que pé está o planejamento municipal de cada cidade”, diz.

O consultor destaca que o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) cria duas metas, que estão relacionadas com medidas estruturais e medidas estruturantes para garantir a universalização e não só as companhias estaduais precisam, mas muitos outros prestadores necessitam de ações estruturantes para poder garantir as ações estruturais, a operação e manutenção sustentável do sistema. “As companhias estaduais têm realizado diversas ações para expandir suas operações, mas é importante ressaltar que temos empresas estaduais de excelência, mas também aquelas que precisam de medidas de fortalecimento institucional para se estruturarem e prestarem serviços prioritários”, menciona.

O estudo da Aesbe, portanto, confirma que as companhias estaduais são importantes para universalizar o saneamento, em parte porque, de acordo com Santos, um dos grandes problemas do saneamento no Brasil é a organização institucional. “As companhias estaduais conseguem agregar muitos municípios, isso facilita na questão da organização e do planejamento. Quando você tem prestadores individuais, eles só cuidam do problema local e muitas vezes a solução do saneamento, água e esgoto, que é normalmente o que eles atendem, são itens que precisam ser resolvidos de forma integrada por região geográfica, entre outros fatores”, destaca.

A tendência de haver mais privatizações na área de saneamento é forte, uma vez que o novo marco regulatório inviabilizava as ações em milhares de municípios brasileiros por não atender a

critérios. “O governo atual vem tentando mudar isso. Saneamento básico é uma questão de saúde pública, é uma questão social. Há vários estudos que apontam que para cada US\$ 1 dólar investido em saneamento você economiza US\$ 3 em saúde, ou seja, investir no setor é investir também em outras áreas”, afirma Santos

No Brasil, o consultor salienta que temos que pensar, principalmente, que boa parcela da população não tem condições de pagar os serviços de água e esgoto, por isso, a questão tem que ser discutida em nível nacional. “Existe um projeto de lei na Câmara que tenta instituir no Brasil a tarifa social do saneamento nacional. Essa tarifa social é fundamental, porque não adianta ter 100% de cobertura, ou seja, rede de água para atender 100% da área urbana, 100% da população, não adianta ter água para essa população usar se ela não tem dinheiro e condições para pagar. Às vezes você tem índice de cobertura alta, mas tem atendimento baixo, porque a população não dá conta de pagar as tarifas”, explica.

O especialista reforça que há vários fatores que precisam ser ponderados para que se possa efetivamente garantir a universalização de água e esgoto no Brasil. “Infelizmente todas essas questões não estão sendo discutidas e avaliadas da forma apropriada, as quais nos levam a concluir que o objetivo não é universalizar, mas sim privatizar. Temos diversos problemas ligados a questões sociais, de saúde pública, de educação, de inclusão social, de meio ambiente e, principalmente, de planejamento urbano. Não podemos planejar o setor de saneamento dissociado do planejamento urbano, pois agindo assim, de forma isolada, não vamos chegar a lugar nenhum de forma racional”, avalia.

Concluindo, Adauto Santos destaca a importância do planejamento, estabelecimento de metas e implementação de controle por meio de indicadores e agências reguladoras para alcançarmos

a universalização do setor. Ele menciona a obrigatoriedade do controle social, conforme definido na Lei 11.445/2007, a qual estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e a política federal de saneamento básico. “De acordo com a lei, é essencial ter um controle efetivo das ações a serem realizadas e metas que sejam consequências de um planejamento viável e alcançável. Além disso, é fundamental contar com indicadores que garantem o progresso ao longo do tempo. É igualmente crucial garantir que o Plansab, como plano oficial do governo, seja efetivamente utilizado na elaboração de ações para garantir a universalização do setor. Isso requer análises constantes para obtermos dados precisos sobre investimentos, bem como um planejamento cuidadoso para identificar a origem dos recursos necessários para esses investimentos”, salienta.

Além disso, nos esforços para alcançar a universalização, o consultor ressalta a importância de discutir com o setor produtivo a sua capacitação para atender as necessidades de investimentos, o que envolve as indústrias para produção de materiais e equipamentos, a formação de mão de obra para elaborar projetos, as empresas para execução de obras e a qualificação dos prestadores para manter os sistemas que vão ser implantados. “Precisamos trabalhar, nesse planejamento, com políticas públicas de água e não políticas de governo, ou seja, com políticas de curto, médio e longo prazos, trabalhando a implementação efetiva dos planos municipais e estaduais de saneamento básico”, orienta.

Adauto Santos ressalta ainda: “quando falamos em universalização, temos que pegar os conceitos da Lei 11.445 que fala da modicidade das tarifas, da continuidade das prestações de serviços, da sua regularidade, da qualidade tanto da água como do esgoto tratado a ser lançado no tubo receptor. Precisamos incluir o planejamento urbano, construir informações mais adequadas, mais pró-

ximas da realidade, e mais do que tudo isso, nós temos que tratar da água como sendo essencial para a vida, como um direito do ser humano para ter a condição mínima de sobrevivência e subsistência. Temos que construir caminhos para que efetivamente possamos ter a água como um direito humano básico, para suprir as necessidades básicas, a dessedentação e a sobrevivência de 100% de todos os habitantes do Brasil”, salienta.

Com várias características de déficit e investimentos, é crucial combinar as forças e atores envolvidos no setor de saneamento para alcançar as metas de universalização

Para Rudinei Toneto Jr., professor titular do Departamento de Economia, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, de Ribeirão Preto, existem várias questões a serem consideradas quando se trata das metas para atender ao novo marco. Segundo ele, a primeira questão a ser pensada sobre a importância das companhias estaduais de saneamento básico para alcançar a universalização refere-se ao contexto dos serviços de atendimento no Brasil. Conforme ele, ao observar os indicadores de atendimento, fica evidente que cerca de 15% da população não tem acesso ao serviço de abastecimento de água pela rede e 45% não tem acesso aos serviços de esgotamento sanitário. Além disso, esse déficit é significativamente diferente entre as regiões, municípios e características familiares e domiciliares.

“É importante ressaltar que esse déficit é bastante concentrado e os indicadores são muito piores nas regiões norte e nordeste, principalmente em relação à água e ao esgotamento. O sul também apresenta dados ruins no que diz respeito ao esgotamento sanitário, mas, esse déficit se concentra em municípios de pequeno porte, com baixa taxa de urbanização e baixa renda per capita. Em geral, independentemente das caracte-

rísticas municipais, o déficit afeta principalmente as famílias de baixa renda. Isso implica que o custo de atender a essas demandas em municípios com essas características é mais elevado tanto em termos de investimentos quanto em termos operacionais”, explica o especialista.

Em geral, independentemente das características municipais, Toneto informa que o déficit no saneamento afeta principalmente as famílias de baixa renda. “Isso implica que o custo de atender a essas demandas em municípios com essas características é mais elevado tanto em termos de investimentos quanto em termos operacionais. Além disso, a capacidade de pagamento dessas famílias é mais baixa do que aquelas que já possuem acesso aos serviços”, observa.

O segundo aspecto a ser considerado, de acordo com o professor, é que as companhias estaduais atualmente atendem a mais de 70% da população. O restante é atendido por empresas privadas e locais ou microrregionais. “Essa estrutura existe desde que se priorizou esse tipo de organização no início dos anos 70 e se mantém até hoje”, observa ele. Ele destaca que as companhias estaduais têm uma presença maior nos estados de menor renda, onde são responsáveis por fornecer esse serviço.

Um terceiro aspecto apontado por Rudinei Toneto são algumas dificuldades relacionadas à realização de investimentos. Segundo ele, um dos principais pontos a serem considerados é a questão do financiamento. “Nos últimos anos no Brasil, a maior parte dos investimentos foi feita com recursos próprios das empresas. Houve um aumento na taxa de investimento brasileira de 2007 a 2014, quando houve um redirecionamento significativo dos recursos fiscais para investimentos no setor por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Isso resultou em um salto nos investimentos, quase dobrando o volume médio de investimento verificado até 2007. A partir desse período, tanto o PAC como a aprovação da Lei Nacional

de Saneamento em 2007 foram responsáveis por esse aumento, o que mostra que tirando esse período em que os recursos fiscais foram relevantes, o grosso de investimentos no setor são com recursos próprios, gerados pelos excedentes das próprias companhias”, comenta.

O professor ressalta que as empresas de saneamento no Brasil têm um nível muito baixo de alavancagem. Ele explica que elas captam poucos recursos de terceiros, e esses recursos são caros no mercado financeiro. Mesmo quando concedidos, a maior parte desses recursos onerosos vem de empréstimos da Caixa Econômica Federal, do FGTS e do BNDES, o que significa que ainda são recursos provenientes de bancos públicos quando há uma política governamental de ampliar os recursos para esse segmento. “É importante destacar que os investimentos em saneamento são de longo prazo, levando um tempo para amadurecer e começar a gerar retorno. Ao concentrar os investimentos com base em recursos próprios, já que as empresas estão sacrificando recursos de caixa e imobilizando-os no longo prazo, isso acaba comprometendo sua capacidade de investimento, uma vez que utilizam capital de giro e limitam o quanto podem oferecer em termos de serviços. Nesse contexto, é fundamental criar capacidade para que as empresas possam alavancar mais recursos”, orienta.

Considerando esses aspectos, o professor destaca a importância das companhias estaduais da seguinte maneira: primeiro, elas operam com maior intensidade nas áreas onde o déficit é mais relevante e difícil de ser atendido, devido aos altos custos envolvidos na prestação desses serviços. “Essas características tornam ainda mais difícil o atendimento em regiões com capacidade de menor renda e capacidade de pagamento. Portanto, outras prestadoras de serviços não têm interesse em atuar nestas áreas, diferentemente das companhias estaduais”, observa.

Um segundo ponto ressaltado é que



Rudinei Toneto Jr, professor titular do Departamento de Economia, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP

não há recursos disponíveis para atender todo o déficit existente e compartilhar com vários atores na prestação de serviços. “Qualquer investimento adicional, além da capacidade das empresas estaduais, é bem-vindo, pois complementaria o atendimento e geraria novos investimentos em áreas adicionais ou por meio de parcerias com as companhias estaduais”, enfatiza.

O professor enfatiza também que essas companhias devem criar capacidade para alavancar recursos e modernizar-se institucionalmente para realizar os investimentos necessários. Devido ao tamanho e importância das companhias estaduais na prestação de serviços atualmente, seria inviável retirá-las do sistema para substituí-las por novas demandas, o que comprometeria a universalização em um curto prazo. Portanto, para o professor é crucial combinar as forças e atores envolvidos para alcançar as metas de universalização. “Não podemos abrir mão de um grupo responsável por 70% do atendimento e por um percentual semelhante dos investimentos realizados, que atua indiscriminadamente em todas as áreas e tipos de municípios, atendendo a todos os

domicílios e famílias. Assim sendo, hoje não é possível alcançar a universalização sem as companhias estaduais”, aponta.

Em relação à questão dos investimentos, o professor Toneto destaca que uma das principais dificuldades para avançar na redução do déficit do país é o baixo nível de investimento. Ele ressalta que, com base nas estimativas necessárias exigidas pelo Plansab, seria necessário cerca de R\$ 40 bilhões por ano de investimento no setor para alcançar a universalização até 2033. Mesmo nos anos em que houve um aumento nos investimentos, a partir de 2007 e 2008, e apesar da queda nos recursos fiscais, esses investimentos não tiveram uma redução tão acentuada. “É evidente que esses investimentos permanecerão persistentemente abaixo dos 50% necessários para alcançar a universalização, indicando um nível muito baixo de investimento no país”, avalia.

Esse cenário é resultado do fato de que o setor é altamente dependente de recursos próprios e possui uma alavancagem muito baixa. O especialista destaca que, se o setor depende dos próprios recursos, ele está fortemente vinculado à geração de excedentes pelas empresas da área e à rentabilidade que elas conseguem gerar. Portanto, expandir a capacidade de investimento requererá uma série significativa de ações. “Será necessário envolver novos atores para investir, abrindo espaço para a participação do setor privado. Além disso, será fundamental aprimorar as habilidades e capacitação das empresas estaduais, locais, municipais e microrregionais para obter uma maior quantidade de recursos financeiros”, completa.

Segundo ele, os recursos não onerosos fiscais, que experimentaram um aumento considerável em 2014, até seguido de uma redução significativa, precisarão ser ampliados. “Isso se deve às próprias características do déficit do setor, como a presença de municípios pobres, pequenos, com baixa taxa de urbanização, famílias de baixa renda e baixa capacidade de pagamento. Portanto, será necessário

contar com recursos fiscais para suportar os investimentos, a fim de suprir essa demanda”, analisa Toneto.

Um outro ponto importante para o professor é que os recursos fiscais se justificam devido ao conjunto de externalidades positivas geradas pelo setor. Por exemplo, o setor impacta positivamente o meio ambiente, a saúde e a educação, o que justifica a alocação de recursos fiscais para esses investimentos. Além disso, as empresas precisarão buscar ganhos de eficiência para ampliar o excedente não apenas para gerar mais investimentos com recursos próprios, mas também para desenvolver a capacidade de alavancar recursos de terceiros. Isso inclui captar recursos onerosos no mercado para poder investir de forma mais alavancada.

“Os investimentos no setor dependem de diversos fatores, o que requer a participação do setor privado, do setor público, das companhias estaduais, das empresas locais, das municipais, entre outros. Todos devem gerar excedentes e buscar recursos para ampliar o investimento. Será necessário também captar recursos no mercado financeiro, expandir os empréstimos de bancos públicos para o segmento e criar um controle mais eficaz que garanta maior financiamento pelos bancos privados. Também serão necessários instrumentos no mercado de capitais que facilitem a captação de recursos pelas empresas. É preciso realizar uma série de mudanças para aumentar os investimentos no setor”, acentua o professor.

Decretos e PPPs abrem a oportunidade de normalizar os investimentos e ampliar as ações rumo à universalização

Sobre a projeção de investimentos com a publicação dos decretos de saneamento, o professor Toneto destaca um estudo recente realizado por ele, no qual é demonstrado que o novo marco legal praticamente busca promover uma maior participação do setor privado, cancelan-

do ou considerando irregulares diversas prestações de serviços prestados pelas companhias estaduais. Nesse contexto, mais de 1.000 municípios foram classificados como “contratos irregulares”. Ele explica que esses contratos irregulares podem ter origens diferentes, como municípios atendidos por companhias estaduais que não comprovem capacidade financeira para realizar os investimentos ou municípios com contratos vencidos nos quais as companhias estaduais atuavam, porém os contratos eram vencidos ou eram inexistentes.

Neste estudo, com a participação de Toneto, foram analisados mais de 1.000 casos no Brasil, comparando o nível de investimento no período de 2020 a 2021 em relação à média da década anterior. Os municípios foram segmentados em dois grupos: os considerados irregulares devido à ausência de comprovação econômico-financeira dos recursos e aqueles irregulares devido ao vencimento dos contratos. “Empresas com capacidade financeira comprovada e contratos em vigor foram considerados regulares”, frisa.

Um ponto de destaque é que, em média, o investimento no país durante esse período praticamente se estabilizou, com uma leve queda. “No entanto, nos municípios considerados irregulares, houve uma redução de quase 30% no investimento per capita. Isso significa que classificar esses municípios como irregulares de acordo com o novo marco regulatório resultou em uma redução dos investimentos”, informa o professor e acrescenta: “essa decisão é resultado de vários fatores, já que esses municípios estavam impedidos de acessar recursos federais, sejam eles fiscais ou provenientes de bancos públicos. As empresas que possuíam contratos com esses municípios não teriam interesse em se endividar ou captar recursos para investir neles, devido à insegurança causada pela classificação desses contratos como irregulares”.

Segundo Toneto, os decretos aprovados pelo presidente Lula, que permitem

a regularização desses contratos, oferecem a oportunidade de os municípios voltarem a receber investimentos, seja por meio de recursos fiscais ou empréstimos. No entanto, a queda nos investimentos nesses municípios, que foram os mais dependentes, comprometeu a possibilidade de alcançar a universalização dos serviços. Portanto, os decretos abrem a oportunidade de normalizar os investimentos nessas localidades.

Além disso, o professor Toneto destaca que a mudança feita pelo governo na Lei das Parcerias Público-Privadas (PPPs), que amplia os limites de gastos para pagamento de prestações das PPPs, é de fundamental importância. “Essa alteração permite a reclassificação dos gastos com as PPPs e é um caminho importante a ser seguido para regularizar as companhias estaduais e ampliar a possibilidade de utilizar as parcerias público-privadas como meio de alcançar a universalização no setor”, enfatiza.

Panorama regional do saneamento destaca o papel social das companhias estaduais na universalização

Cada vez mais é evidenciada a importância das empresas públicas de saneamento na promoção do acesso universal a serviços de água potável e esgoto no Brasil. O papel social e econômico dessas companhias fortalece suas iniciativas em cada região e destacam que a universalização depende de quem entende do setor em várias instâncias. Em entrevistas com vice-presidentes de algumas regionais da Aesbe, elencamos uma visão abrangente sobre os benefícios que os investimentos no âmbito regional proporcionam para os cidadãos brasileiros. Confira:

O vice-presidente Regional Sudeste da Aesbe e presidente da Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan), Munir Abud, vê nas empresas públicas de saneamento uma função social que vai muito além do econômico. Segundo

ele, trata-se da responsabilidade de dar acesso universal aos serviços de água potável e esgoto, garantindo a dignidade humana, um direito fundamental assegurado à população brasileira. “É um instrumento de desenvolvimento econômico e de promoção da melhoria das condições e qualidade de vida das pessoas”, avalia.

Esse grande papel social é motivo de orgulho para Ricardo Soavinski, vice-presidente Regional Centro-Oeste da Aesbe e presidente da Saneamento de Goiás S.A. (Saneago).

Atualmente, a companhia atende a 98% da população com água tratada e 71% com esgotamento sanitário. Os índices estão bem acima da média nacional. De 2019 a 2022, o serviço de esgotamento sanitário alcançou mais de 830 mil pessoas em Goiás. No mesmo período, a Saneago expandiu o sistema em 10 pontos percentuais e beneficiou 4,3 milhões de pessoas nos municípios em que opera.

“Nosso índice de atendimento com água tratada é considerado universalizado. Já são 6 milhões de pessoas atendidas com o serviço. Desse total, 318 mil goianos foram beneficiados com o serviço de água tratada somente nos últimos quatro anos”, complementa Soavinski. Tantos avanços explicam os grandes investimentos só em 2022: foram R\$ 839,83 milhões em aportes para parcerias, sistemas de água, esgoto e equipamentos.

Os números só devem aumentar, segundo o presidente da Saneago, com investimentos na expansão e no aprimoramento dos sistemas com a ampliação de parcerias e contratações. Os resultados na eficiência operacional também são ressaltados por ele, já que o estado tem o menor índice de perdas de água na distribuição do Brasil. “Enquanto a média nacional é de 40,3%, os índices atualizados da Saneago são de apenas 25,7%”, diz.

Para continuar nessa crescente de abastecimento com regularidade e qualidade, inclusive nos períodos de estiagem, Soavinski conta que a companhia



Ricardo Soavinski, vice-presidente Regional Centro-Oeste da Aesbe e presidente da Saneamento de Goiás S.A. (Saneago)

continuará atuando estrategicamente na conservação e recuperação ambiental. “É nesta linha que a Saneago trabalha para a universalização dos serviços. Uma evolução possível, entre outros requisitos legais, pela comprovação da capacidade econômico-financeira da Saneago e pela aprovação da regionalização pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás”, declara.

Na região Norte do Brasil, um breve levantamento sobre os dados no setor mostra que os investimentos na área de saneamento são, basicamente, do governo do Estado. “Por isso, é necessário avançarmos um pouco mais. Trabalhos realizados nos últimos quatro anos têm melhorado os índices de universalização no estado do Pará e no estado do Amazonas, através da Companhia de Saneamento do Amazonas (Cosama). Manaus, a capital, apesar de estar privatizada há mais de 20 anos não evoluiu nos índices de cobertura, nem de água, nem de esgoto”, explica o vice-presidente regional Norte da Aesbe, James Serrador.

Serrador, que também é presidente da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (Caer), explica ainda que neste Estado a situação é diferente: “Temos quase 80%

REPORTAGEM DE CAPA

de cobertura urbana de coleta de esgoto. Na nossa capital temos 96,4% de cobertura e 99,7% de acesso à água potável. Roraima é o terceiro Estado do país, proporcionalmente, que mais investe em saneamento frente à sua arrecadação. A capital Boa Vista está universalizada. Estamos em franca expansão nos 14 municípios que compreendem o estado de Roraima. Nos últimos quatro anos fizemos mais de 41 mil metros de rede. O programa Água para Todos do Governo do Estado, vai investir R\$60 milhões para universalizar o acesso à água potável”, informa.

Conforme Serrador, a região Norte não tem densidade populacional que remunere esse serviço, principalmente, na região rural que é o maior desafio dessa área. “Por conta disso, precisamos avançar e esses avanços dependem, exclusivamente, de recursos, seja do orçamento geral da União, seja do próprio controlador, no caso, os Governos estaduais”, enfatiza.

De acordo com Luciano Goes, vice-presidente Regional Nordeste II da Aesbe, e presidente da Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso), o momento é de grande importância para o segmento, principalmente pelas discussões junto ao Governo Federal e o Congresso para as pautas do Novo Marco Regulatório.

“O nordeste é uma das regiões do país que mais necessita de investimentos no setor de saneamento, por conta das suas particularidades como clima, questões geográficas e por se tratar de uma região em desenvolvimento. Então, é naturalmente importante e crucial, a participação das empresas estatais de saneamento no desenvolvimento da sociedade. Podemos citar como exemplos, as Parcerias Público Privada, as PPPs de Esgotamento Sanitário, realizadas pela Companhia Pernambucana de Saneamento (CompeSA), que é tida por muitos como a maior PPP do país, e tem um escopo de abrangência de um milhão e trezentos mil habitantes”, explica Goes.

O vice-presidente destaca ainda a PPP realizada pela Companhia de



James Serrador, vice-presidente regional Norte da Aesbe

Água e Esgoto do Ceará (Cagece) que vai atender a região metropolitana do Cariri e diversos municípios da região metropolitana. “Além disso, a Cagece está chegando aos 48 anos de existência com perspectiva de investimentos em R\$ 1,2 milhão em 2023. Já a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) investiu R\$ 1,15 bilhão, em 2022, na ampliação e melhoria da infraestrutura, em busca da universalização dos serviços”, detalha.

Para Goes, o fortalecimento do sistema de água e esgoto em Aracaju e interior de Sergipe é visível diante dos investimentos que a Deso tem realizado e que estão beneficiando mais de um milhão de sergipanos: “O compromisso com a população é revertido em melhorias e inúmeros benefícios, em um cenário que contempla não só a capital, mas as cidades de Simão Dias, Lagarto, Itabaiana, Areia Branca, Campo do Brito, Macambira, São Domingos, Frei Paulo, Nossa Senhora da Glória, Moita Bonita, Nossa Senhora das Dores, Tomar do Geru, Itabaianinha, Nossa Senhora Aparecida, Umbaúba, Pedra Mole, Ribeirópolis, São Miguel do Aleixo e Pinhão. A Deso já investiu quase R\$ 525 milhões em esgotamento sanitário e mais de R\$ 381 milhões em segurança hídrica”.

“No âmbito da região Nordeste, investimentos vultosos e que são capitaneados diretamente pelas Companhias Estatais de Saneamento beneficiam milhões de nordestinos, razão pela qual nós entendemos a importância e a força que as empresas estatais do nordeste representam para o saneamento do país. Percebe-se que as empresas possuem pujança financeira e tem autonomia administrativa para seguir rumo à universalização, seja por investimentos diretos, seja através do apoio da iniciativa privada. A regional nordeste promove uma mensagem de entusiasmo e prestação de contas com a sociedade, no sentido de demonstrar que as estatais cumprem o papel e não se furtam a realização dos investimentos, em uma nova visão, que não impõe, mas sugere a participação mais presente da iniciativa privada a título de parcerias”, ressalta Luciano Goes.

Roberto Linhares, vice-presidente Regional Nordeste I da Aesbe e presidente da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern), salienta que, na região, assim como em todo o



Roberto Linhares, vice-presidente Regional Nordeste I da Aesbe e presidente da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern)



Luciano Goes, vice-presidente Regional Nordeste II da Aesbe, e presidente da Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso)



Neuri Freitas, presidente da Aesbe e da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece)

país, a maior parte dos investimentos foi realizada pelas companhias estaduais. “No Rio Grande do Norte, essa realidade é semelhante, com mais de 80% dos investimentos em abastecimento e esgotamento sanitário nos últimos 20 anos sendo feitos pela Caern, com exceção de alguns municípios que receberam intervenções da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Isso destaca a importância das empresas estaduais de saneamento na busca pela universalização”.

“Defendemos enfaticamente a colaboração entre setor privado e público para alcançar esse objetivo, apesar dos desafios em relação à disponibilidade de recursos até 2033. A união entre esses setores é fundamental na tentativa de universalização, conforme estabelecido pela lei 14.026/2020”, conclui Linhares.

De acordo com o vice-presidente Regional Sul da Aesbe e presidente da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), Claudio Stabile, a Sanepar tem investido fortemente na manutenção e ampliação de seus sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Nos últimos cinco anos, a companhia investiu cerca de R\$ 6 bilhões. Para o próximo quinquênio – de 2023 a 2027 –, a Companhia irá bater

seu próprio recorde, com R\$ 10,7 bilhões, um aumento de quase 92% em relação ao período anterior, conforme o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) aprovado pela empresa.

“A Companhia já atende à meta do novo marco legal no abastecimento público, com 100% de população urbana com acesso à água tratada. Continuamos investindo nesses sistemas para fazer frente ao crescimento da população. E, em esgotamento sanitário, os recursos



Claudio Stabile, vice-presidente Regional Sul da Aesbe e presidente da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar)

têm sido ainda maiores com a implantação de sistemas de coleta e tratamento em cidades que ainda não tinham esse serviço, na ampliação das redes, em inovações tecnológicas e na melhoria dos processos que resultam em ganhos ambientais. Estamos acelerando nesse setor para atender a meta de universalização até 2033, conforme determina o novo marco”, afirma Stabile. Atualmente, o índice de atendimento da Companhia está em torno de 80% da população com acesso à rede coletora, sendo que 100% do esgoto coletado é tratado.

O presidente da Aesbe e da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), Neuri Freitas, reforça a importância da atuação das companhias estaduais de saneamento – de Norte a Sul do país. “Os números destacados pelo estudo recente divulgado pela Aesbe evidenciam o papel crucial das companhias estaduais no avanço do saneamento básico brasileiro ao longo das últimas duas décadas. Continuaremos atuando, junto com as companhias associadas, para levar saneamento básico e dignidade a toda a população brasileira das áreas urbanas, rurais, indígenas e periféricas”, conclui Freitas.

XIII Congresso Brasileiro de Regulação e a ExpoABAR

MAIOR CONGRESSO DE REGULAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

"Os desafios da regulação para o desenvolvimento nacional"

18, 19 e 20 de Outubro

Local: Centro de Convenções Frei Caneca, São Paulo/SP

FAÇA SUA INSCRIÇÃO

Descontos de 15% para associados Aesbe
(sobre valor de não-associado ABAR)

www.congressoabar.com.br



Confira as Viradas de Lote

☰ Segundo lote até 30 de agosto de 2023

☰ Terceiro lote até 18 de outubro de 2023

FORMAS DE PAGAMENTO: Nota de Empenho, Transferência Bancária e PIX

OBJETIVOS DO EVENTO



Intercâmbio de experiências exitosas entre os diversos agentes que atuam nos segmentos regulados da economia nacional.



Promoção de debates sobre as boas práticas regulatórias objetivando a melhoria de processos



Discussão de temas jurídicos e institucionais da regulação favorecendo o aperfeiçoamento de normas e procedimentos



**XIII CONGRESSO BRASILEIRO
DE REGULAÇÃO | EXPOABAR**

SÃO PAULO/2023

ESPECIAL

Os desafios do abastecimento de água e saneamento na Amazônia

A Região Norte do Brasil abriga a maior parte da maior Floresta Tropical do Mundo: a Amazônia, assim como a maior bacia hidrográfica do mundo: a bacia do Rio Amazonas. Porém, mesmo com abundância de água, algumas companhias de saneamento da região enfrentam um grande empecilho para realizar o tratamento de água e esgotamento sanitário: longas distâncias e dificuldades de acesso dentro de um mesmo Estado.

Esta edição da Revista Sanear traz a realidade dos dois maiores Estados do Brasil, localizados na Amazônia: Amazonas e Pará, ambos possuem proporções continentais, com longas distâncias entre os municípios, e muitos deles possuem acesso somente por via fluvial.



Mesmo com dificuldades de logística, Cosama realiza grandes investimentos para garantir o acesso ao saneamento em 15 municípios do maior estado do Brasil

A Companhia de Saneamento do Amazonas (Cosama) está presente em 15 municípios do interior do estado banhado pela maior bacia hidrográfica do mundo. A missão da Companhia é fornecer água tratada para consumo humano em uma região, onde, embora haja água em abundância, os esforços para prestar um serviço de qualidade encontram como obstáculos fatores como logística, isolamento e as grandes distâncias.

Além disso, a planície de inundação na Amazônia é desafiadora e limitante para a implementação de sistemas convencionais de água e saneamento.

Neste cenário, o Governo do Amazonas, por meio da Cosama, tem realizado grandes investimentos, proporcionando soluções adequadas para o abastecimento, por meio da captação, tratamento e distribuição de água nas cidades onde atua.

Um exemplo é o Projeto Água Boa, idealizado pela Companhia, que prevê



A missão da Companhia é fornecer água tratada para consumo humano em uma região, onde, embora haja água em abundância, os esforços para prestar um serviço de qualidade encontram como obstáculos fatores como logística, isolamento e as grandes distâncias.

a implantação de sistemas simplificados de coleta e tratamento para fornecer água de qualidade em comunidades ribeirinhas de difícil acesso. O projeto contempla 33 comunidades do Amazonas, com um total de 3,5 milhões de investimentos, beneficiando cerca de 205 mil pessoas.

Segundo o diretor-presidente da Cosama, Armando do Valle, a Companhia segue executando o cronograma de ações e trabalhando nas melhorias no abastecimento de água dos municípios.

“Mesmo tendo que enfrentar as dificuldades de distância de um município para o outro, o nosso papel é fazer a água potável chegar até as pessoas através dos investimentos feitos pelo Governo do Amazonas, proporcionando qualidade de vida e evitando problemas de saúde causados pelas doenças hídricas, bem como executar ações emergenciais durante a subida dos rios, em conjunto com outros órgãos do Estado. Hoje, a nossa meta é alcançar mais pessoas através dos nossos projetos, expandindo a outros municípios”, destaca do Valle.

8 milhões estão sendo investidos nos municípios amazonenses de São Gabriel da Cachoeira e Boca do Acre, por meio de uma nova Estação de Tratamento de Água. O atual sistema de abastecimento dos municípios encontra-se sucateado, com estruturas necessitando de reformas.

O projeto é financiado pela Unidade Gestora de Projetos Especiais (UGPE) e prevê a adequação do sistema de abastecimento com a revitalização da balsa de captação, reforma da área técnica, reforma e adequação da casa de química, reforma da estação de bombeamento e manutenção de prevenção das bombas. Prediz ainda a reforma da sala de operadores e reforma e ampliação do laboratório de melhorias no sistema de captação superficial de água.

União de forças

Com a última Reforma Administrativa no Governo do Amazonas, a Cosama passou a integrar a nova Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (Sedurb), cuja missão é desenvolver políticas públicas voltadas

às áreas de saneamento básico, moradia e projetos especiais na capital e no interior do Amazonas.

“A união da Sedurb e Cosama vai fortalecer o saneamento básico, principalmente no interior do Estado”, observa o secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano, engenheiro Civil Marcellus Campêlo.

Além da Cosama, fazem parte da estrutura da nova secretaria a Superintendência de Habitação do Amazonas (Suhab) e a Unidade Gestora de Projetos Especiais (UGPE). Esta última responde pelo Programa Social e Ambiental de Manaus e Interior (Prosamin+) e pelo Programa de Saneamento Integrado do Interior (Prosai).

Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Prosamin+ e o Prosai têm entre os principais objetivos implantar esgoto sanitário, água potável e realizar drenagem urbana em áreas degradadas pela ação humana. Na capital, Manaus, o Prosamin+ está expandindo a coleta e tratamento de esgoto na zona leste e parte da zona sul. Já o Prosai está chegando a Parintins, depois de equacionar problemas de abastecimento de água em Maués e expandir a coleta e tratamento de esgoto para mais de 50% do município.



Cosanpa supera desafios para levar água tratada e coleta de esgoto sanitário no segundo maior estado do país

Pará é o segundo maior Estado do Brasil e possui dimensões continentais. Com 1.245.870,704 km² de área, segundo o IBGE (2022), o estado possui quase 9 milhões de habitantes distribuídos em 144 municípios. A Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) está presente em 52 desses municípios e, para dar andamento aos projetos e obras de melhorias no abastecimento, enfrenta um obstáculo do tamanho do estado: a distância.

A Companhia mantém obras em 13 municípios atendidos: Belém, Ana-

nindeua, Castanhal, Santarém, Alter do Chão, Oriximiná, Monte Alegre, Alenquer, Viseu, Breves, Salinas e Santa Maria das Barreiras, Soure. Quatro desses municípios estão localizados no Baixo Amazonas e dois no Marajó, onde o acesso se dá basicamente por meio fluvial ou aéreo. Para se ter uma ideia, a distância da capital Belém até o município de Monte Alegre é de 1.338 km. Oriximiná é ainda mais distante, 1.539 km de estrada. Em alguns casos, não há essa opção e todos os insumos para as obras, como areia, seixo e ferro, assim como equipamentos, precisam

ESPECIAL



ser levados de balsa. Para o município de Breves, são 12 horas de viagem. Para Alenquer, onde está sendo construído o novo sistema de abastecimento, são quatro dias navegando.

As empresas contratadas para a execução das obras enfrentam esses problemas, aliados ao alto custo dos materiais e escassez, causada pela pandemia e a guerra na Ucrânia. Desta forma, muitas empresas desistem dos contratos acarretando na necessidade de novas licitações para conclusão das obras.

“Apesar dos problemas citados, a Cosanpa, com o apoio do Governo do Pará, que sempre honra as contrapartidas, mantém o compromisso de concluir as obras tendo como principal objetivo o atendimento à população dos municípios com água da melhor qualidade, que é um direito de todos”, conclui Janete Piauí, gestora de obras da Diretoria de Expansão e Tecnologia da Cosanpa.

Mesmo diante dos empecilhos, o compromisso da Cosanpa é de melho-

rar cada vez mais o fornecimento de água. Além do operacional, do empenho das equipes que estão em campo, a nova gestão tem apostado também nas questões administrativas da Companhia.

Em maio deste ano, o Governo do Pará assinou, junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), o Termo de Transação Tributária, que reduziu em 86% os débitos da Cosanpa inscritos na Dívida Ativa da União. O documento representa uma economia de cerca de R\$ 1,1 bilhão de reais à Cosanpa e, conseqüentemente, aos cofres públicos, visto que o Estado do Pará é o principal acionista da companhia. Segundo a PGFN, foram negociados, ao todo, valores referentes a 89 processos judiciais, relacionados a débitos da Companhia de Saneamento junto à União, acumulados por mais de 20 anos. O presidente da Cosanpa, José Fernando Gomes, ressalta que a redução no débito deve refletir no balanço da Companhia já para o ano de 2024.

Mesmo diante dos empecilhos, o compromisso da Cosanpa é de melhorar cada vez mais o fornecimento de água.

“Um marco histórico! Estamos tirando um passivo de mais de 1 bilhão de reais. Isso é de fundamental importância, porque afetava diretamente o balanço da companhia. Para o ano que vem, com certeza, este novo valor já estará refletido no balanço da Companhia. Tudo através de uma gestão séria e comprometida para que a gente possa produzir água de qualidade e entregar para a sociedade”, finalizou o presidente José Fernando Gomes.



Encontro Técnico
AESABESP

Congresso Nacional
de Saneamento e
Meio Ambiente



FENASAN

Feira Nacional
de Saneamento e
Meio Ambiente

MARQUE PRESENÇA NO PRINCIPAL EVENTO DO SANEAMENTO DE 2023!

*PARTICIPE DO 34º ENCONTRO TÉCNICO
E FENASAN 2023!*

O setor de saneamento é dinâmico e estar um passo à frente significa vantagem competitiva. Participar do Encontro Técnico AESabesp e Fenasan é mandatório para os profissionais e empresas se manterem atualizados e impulsionarem seus negócios.

No evento você terá a oportunidade única de participar de mesas redondas e palestras com os maiores expoentes técnicos do setor, além de visitar mais de 250 empresas nacionais e internacionais.

Aproveite esta chance de explorar as últimas tendências, conhecer tecnologias inovadoras e estabelecer contatos valiosos. Garanta sua presença no evento mais importante do setor de saneamento da América Latina!

VISITE GRATUITAMENTE A FENASAN 2023!

- ✔ Maior feira do setor da América Latina
- ✔ Mais de 23 mil m²
- ✔ Empresas nacionais e internacionais
- ✔ Showroom de equipamentos, produtos e serviços
- ✔ Integração com a feira Waste Expo Brasil

INSCREVA-SE NO ENCONTRO TÉCNICO!

- ✔ Três dias e mais de 25h de conteúdo
- ✔ Quatro salas simultâneas
- ✔ Palestrantes renomados que atuam no setor
- ✔ Presença de mais de 2 mil congressistas

www.fenasan.com.br

03 a 05 outubro 2023 | Expo Center Norte | São Paulo-SP

PROMOÇÃO



PARCERIA



PATROCÍNIO - COTA VIP



PATROCÍNIO - COTA STANDARD



PATROCÍNIO - COTA SPECIAL





Paloma Ribeiro,
coordenadora da
CTLS e gerente de
Aquisições e Logística
da Companhia
Pernambucana
de Saneamento
(Compesa)

Câmara Técnica de Logística e Suprimentos da Aesbe promove parcerias internacionais para aprimoramento dos serviços

Uma delegação técnica de integrantes da CTLS visitou a China para explorar oportunidades de novos negócios, visando à aquisição de produtos de maior qualidade e melhor custo-benefício para as entidades associadas à Aesbe

Com o objetivo de explorar e ampliar novas oportunidades de negócios, garantir aquisições de produtos, materiais e equipamentos mais vantajosos em termos de qualidade e custos para as associadas à entidade, a Câmara Técnica de Logística e Suprimentos (CTLS) da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe) organizou uma visita técnica a uma das Estações de Tratamento de Esgoto mais modernas e eficientes da China, administrada pela prestadora de serviços públicos GWIG, na cidade de Guangzhou.

Esta iniciativa faz parte do desenvolvimento de uma série de parcerias internacionais, com fornecedores relevantes, para adquirir conhecimento sobre novos produtos utilizados no processo de tratamento de água e esgoto. Isso possibilita a redução de custos e o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados no saneamento nacional. A visita, realizada com uma delegação téc-

nica de integrantes da CTLS, incluiu o compartilhamento de experiências comerciais e operacionais, focando na aquisição e utilização de produtos químicos e na inovação do conceito de ambientação de unidades operacionais e processos tecnológicos em unidades de tratamento.

A delegação técnica foi composta por Paloma Ribeiro, coordenadora da CTLS e gerente de Aquisições e Logística da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa); Artur Rodrigues, gerente de Projetos de Engenharia; Edmilson Martins, gerente de Controle de Qualidade; Lu Gongrong, presidente da Associação da Comunidade Chinesa Recife Brasil (ACCRB); José Wang, presidente da Luwaly Industry; Elysa Luo, CEO da Luwaly Industry; e o vice-presidente, além de diversos responsáveis técnicos da empresa GWIG.

Paloma Ribeiro, coordenadora da CTLS, discorreu sobre as motivações para a visita

ESPAÇO CÂMARAS TÉCNICAS

à China, a importância da parceria internacional para o trabalho da câmara, a experiência de visitar uma estação de tratamento de esgoto tão eficiente e moderna fora do país, os principais pontos das práticas adotadas pela empresa GWIG, que podem ser implementados no saneamento nacional, e os próximos passos para futuras parcerias.

“Com a alta variação de preços de diversos insumos e diante dos desafios do Novo Marco Legal do Saneamento, as empresas de saneamento precisaram estudar ações que possibilitassem a melhoria dos serviços e a redução dos seus custos. Visto isso, por meio da CTLS, foi instituído o Grupo de Trabalho de Aquisições Internacionais com o objetivo de viabilizar a compra de materiais fora da esfera nacional. Portanto, a viagem à China era uma etapa indispensável do projeto, dado que era necessário conhecer os fornecedores e analisar os seus processos produtivos e instalações, bem como se aproximar do mercado chinês, conhecer a cultura local, principalmente no meio dos negócios, e apresentar nosso estado e nossa Companhia para possibilitar futuras negociações”, destacou.

Segundo Paloma Ribeiro, a inovação no conceito de ambientação de unidades operacionais, visando à mitigação dos impactos na população do entorno, também foi um dos tópicos discutidos durante a visita.

“A questão da ambientação representa a ideia de que as unidades de sistemas de abastecimento de água ou esgoto devem se harmonizar com o ambiente, ou seja, se integrar a praças, parques e demais elementos públicos na infraestrutura das cidades, mas sem que sejam percebidos. É algo que pode ser uma inovação para as companhias, no caso de tornar menos visível ao olhar público”, destacou.

Paloma salientou os próximos passos das parcerias internacionais em prol do desenvolvimento do setor. “Outros passos previstos são as revisões das normas técnicas dos produtos que serão possivelmente adquiridos, bem como a elaboração de documentos preparatórios para



licitação internacional. Isso irá impactar no setor de saneamento nacional no que tange à uma possível redução nos preços dos principais produtos utilizados pelas empresas do ramo, que são as tubulações, produtos químicos e hidrômetros”, concluiu.

A busca por parcerias internacionais mais vantajosas, que aprimorem a qualidade dos serviços e diminuam custos, é parte do compromisso da CTLS em beneficiar as entidades associadas à Aesbe. A delegação técnica visitou várias empresas, incluindo a GWIG, responsável pela gestão da estação de tratamento de esgoto mais eficiente e moderna da Chi-

na, localizada na cidade de Guangzhou. O trabalho da CTLS na prospecção dessas parcerias reflete a busca constante das Câmaras Técnicas da Aesbe por novas oportunidades que desenvolvam o setor e proporcionem melhorias significativas na qualidade dos serviços de saneamento básico no Brasil.

PROFISSIONAIS DO SANEAMENTO

Valorização do Colaborador - Trabalho e comprometimento com a empresa nas ações de saneamento básico

Trabalho de aferição regular de consumo de água contribuiu para a redução de perdas em Roraima

O Programa Água Para Todos, do Governo de Roraima, destinou R\$ 60 milhões para garantir saneamento básico em todo o Estado e, paralelamente, reduzir o índice de perdas de água, por meio de ações desenvolvidas pela Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (Caer), e desempenho e avaliação dos resultados.

Inicialmente, a Companhia adquiriu 45 mil hidrômetros, dois equipamentos geofísicos (radar de penetração de solo, com capacidade para identificar ligações clandestinas e auxiliar no mapeamento dos sistemas de água e esgotamento sanitário), e reformulou as equipes de fiscalização em campo, com intuito de detectar ligações irregulares que prejudicam o fornecimento de água e a arrecadação da Empresa.

As ações são coordenadas pela colaboradora Elcina Diogo, chefe da Divisão do Parque de Hidrometria (DGH) da Caer, intensificando o combate às perdas comerciais, principalmente, as que envolvem as ligações irregulares/clandestinas, ligações sem hidrômetros ou com hidrômetros com defeitos e erros de leitura, entre outros.

Elcina acompanha pessoalmente as ações para garantir que as demandas sejam atendidas pela equipe de 22 colaboradores, que se desdobra para cumprir média de 100 ordens de serviço diárias, o que tem ajudado na redução das perdas que impactam, consideravelmente, no aumento do faturamento da empresa e, por consequência, nos investimentos em saneamento básico.





Elcina Diogo coordena a Divisão de Hidrometria (DGH) da Caer que, atende média de 100 demandas diárias para regularização de ligações

Ela ressalta que a redução das perdas está ligada aos procedimentos da Companhia, e a adequação dos hidrômetros e monitoramento do sistema faz diferença nessas horas. Em 2021, a capital possuía 61.558 imóveis com hidrômetros e, atualmente, totaliza 78.478.

“O trabalho que realizamos com o apoio da gestão fez este número de regularizações aumentar. O que é bom para a empresa é bom para a sociedade e, consequentemente, para o colabora-

dor. A Caer é minha casa há 23 anos e, nesta gestão, eu vejo a diferença nos investimentos, na estruturação, na valorização do trabalhador. E isso nos motiva a dar o nosso melhor para contribuir com a empresa”, afirma.

Produção

Conforme os cálculos da Gerência de Produção de Água da Caer, que leva em consideração o número de habitantes, a quantidade de litros de água produzidos por hora, além do dia e da hora de maior

consumo, a produção de água ideal para abastecer Boa Vista é de 1.312,50 litros por segundo.

Atualmente, a Caer produz 1.650 litros de água por segundo na capital, o que significa que a demanda é inferior à produção de água feita pela Companhia, ocasionando uma perda teórica de apenas 20,45%, que está sendo dirimida pelas ações de regularização executadas pela DGH/Caer.

Dia Mundial do Meio Ambiente marca meio século de mudanças climáticas e novos entraves à universalização

Especialistas em saneamento preocupam-se com a meta de universalização em meio aos eventos extremos provocados pelo aquecimento global, que podem desestabilizar todo o sistema de água e esgoto

Faz 51 anos que o Dia Mundial do Meio Ambiente foi instituído em Estocolmo, na Suécia. Era 5 de junho de 1972, abertura da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Humano, quando a Assembleia Geral da ONU escolheu a data para celebrar e conscientizar o mundo sobre as questões ambientais. Mas não houve tantos avanços neste meio século e, cada vez mais, percebemos os efeitos das mudanças climáticas no nosso dia a dia.

Chuvas fora de hora, enchentes e ondas de calor e frio por todo o globo passaram a ser rotina. “É uma problemática ambiental global. Em 1972, eram sinais de alerta. Agora, temos que tomar decisões fundamentais que, se não forem feitas, não sabemos todas as consequências”, explica Pedro Jacobi, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo (USP) e

coordenador do Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e Sociedade, do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP.

“Já temos dados para dizer que o aquecimento global impacta a vida humana. A cada ano, fica mais claro que aumenta a temperatura. Nós temos aumento do número de episódios extremos, recorrência do fenômeno climático El niño e La niña, um déficit enorme do ponto de vista do que fazer com o plástico e seu impacto nos oceanos e rios”, enumera Jacobi, que cita a situação ainda incipiente do saneamento no Brasil.

Cerca de 100 milhões de pessoas ainda não têm acesso a esgoto tratado, o que é preocupante, segundo o professor. “Falta de saneamento e esgoto mal tratado são uma combinação terrível do ponto de vista da qualidade das águas superficiais, o que não deixa de ter impacto nas águas subterrâneas”, avalia.

Sistemas podem colapsar em eventos climáticos extremos

Para Jacobi, a “genialidade humana” vai ter que dar respostas rápidas para esses problemas. “A sociedade tem que se preparar para o aumento de desastres, mais visíveis em locais com piores situações de moradia. Não nos dá satisfação. O Dia do Meio Ambiente tem valor simbólico, mas o Dia do Meio Ambiente deve ser todo dia, no pessoal, no cultural e na política pública, com práticas mais preventivas em relação ao que impacta o meio ambiente”, defende.

A pesquisadora Thelma Krug, vice-presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), cita consequências prováveis do novo clima em toda a cadeia de saneamento. “Os sistemas de água e saneamento são particularmente vulneráveis a eventos climáticos extremos, e os danos a tais



sistemas podem levar à contaminação da água potável e subsequentes impactos adversos à saúde. As opções de adaptação a futuros riscos climáticos incluem reduzir a exposição dos sistemas de água e saneamento a enchentes e eventos climáticos extremos e a implantação de sistemas de alerta que possibilitem o deslocamento das populações vulneráveis para lugares seguros”, explica.

Chuvas fortes podem sobrecarregar os sistemas de esgoto e água, o que merece atenção das companhias que oferecem os serviços à população. Segundo Thelma, se a manutenção não for foco, eles podem colapsar devido à capacidade limitada de drenagem das cidades mais antigas ou à falta de drenagem nos assentamentos não planejados, muito comuns em centros urbanos. “Esses sistemas são também vulneráveis à elevação do nível do mar, com ingresso de água salgada, entre outros impactos. Desta forma, os governos locais responsáveis pelo suprimento de água e gestão das águas residuais devem confrontar os novos padrões climáticos e responder a um conjunto de fatores dinâmicos e em evolução”, completa a especialista.



Thelma Krug, vice-presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC)



Pedro Jacobi, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo (USP)

EVENTOS

Aesbe realiza terceira edição do Seminário Nacional de Práticas Comerciais em Saneamento, de 16 a 18 de agosto, em João Pessoa (PB)

Na busca de difundir a modernização dos processos comerciais praticados nas companhias estaduais de saneamento básico, a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe), por meio de sua Câmara Técnica Comercial (CTC), realiza a terceira edição do Seminário Nacional de Práticas Comerciais. O tema deste ano é: “Desafios da nova legislação de saneamento”. A anfitriã desta edição é a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa).

O evento acontecerá de 16 a 18 de agosto de 2023, no auditório do Hotel Manaíra, localizado na Av. Gen. Edson Ramalho, 1131 – Manaíra, João Pessoa (PB).

O seminário terá uma série de palestras, que vão proporcionar debates importantes acerca dos reflexos da Lei 14.026/20, que atualizou o Marco Legal do Saneamento, e também dos últimos decretos publicados pelo Governo Federal, que readequou a legislação vigente. Além disso, também haverá o compartilhamento de novas práticas em curso nas áreas e das experiências para o fortalecimento das companhias estaduais de saneamento.

Além do conhecimento a ser adquirido, o evento integrará os colaboradores das companhias associadas à Aesbe, estimulando a participação de todos no processo de aprendizado e, conseqüentemente, permitindo um ambiente adequado para o compartilhamento das boas práticas.

Para mais informações, acesse o portal: aesbe.org.br.

Assemae realiza 51º Congresso Nacional no mês de setembro, em Poços de Caldas (MG)

A Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae) realizará, de 18 a 22 de setembro de 2023, na cidade de Poços de Caldas (MG), no Centro Nacional Inn de Convenções - CENACON, a 51ª edição do Congresso Nacional de Saneamento da Assemae, juntamente com a tradicional Feira de Saneamento, de 18 e 21 de setembro.

Reconhecido como um dos maiores fóruns de saneamento básico no Brasil, o evento reunirá aproximadamente 2.000 participantes, entre eles, gestores públicos, técnicos, empreendedores, pesquisadores, estudantes e demais profissionais relacionados ao setor de saneamento básico.

Durante o encontro, o público poderá participar de oficinas, mesas-redondas, painéis e seminários, debatendo os principais avanços e desafios do setor.

Como parte do evento ocorrerá, ainda, a tradicional Feira de Saneamento da Assemae, espaço reservado às inovações tecnológicas de produtos e serviços, com 54 estandes, ocupando uma área total de 1718 m². A Aesbe contará com um estande na Feira, em que apresentará as publicações recentes da Série Universalizar, feitas pela entidade, além de edições da Revista Sanear.

O Congresso também se destaca pela Exposição de Experiências Municipais em Saneamento Básico, uma mostra de trabalhos técnicos, com o objetivo de contribuir para a troca de experiências entre pesquisadores da área e os serviços municipais, ampliando o conhecimento sobre temas que envolvem o abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo dos resíduos sólidos e drenagem urbana.

Para mais informações, acesse o portal: assem-ae.org.br.

34° Encontro Técnico AESabesp e Fenasan serão realizados de 3 a 5 de outubro, em São Paulo (SP), com apoio institucional da Aesbe

A Feira Nacional de Saneamento e Meio Ambiente (Fenasan) e o 34° Encontro Técnico AESabesp serão realizados de 3 a 5 de outubro, no Pavilhão Branco do Expo Center Norte, em São Paulo. Realizados pela AESabesp – Associação dos Engenheiros da Sabesp, juntos, o congresso e a feira são considerados o maior evento de saneamento e meio ambiente da América Latina. A Aesbe terá um estande de 30m² no local, em que apresentará as publicações recentes da Série Universalizar, feitas pela entidade, além de edições da Revista Sanear.

Em virtude da grande quantidade de reservas e sucesso de vendas da área de estandes do Pavilhão Branco, a Fenasan formalizou a expansão ao Pavilhão Verde nesta edição.

Além da ampliação do espaço expositivo, a Fenasan estará integrada à feira Waste Expo Brasil, que possui foco

em serviços, máquinas e equipamentos para a gestão dos resíduos sólidos. Com a integração das duas Feiras serão mais de 30 mil m² de área de exposição.

Com esta novidade, a Fenasan mais uma vez fará história, não só contribuindo para o desenvolvimento técnico e tecnológico do setor de saneamento ambiental, mas para o aquecimento do mercado e movimentando a economia no país.

Esta edição marca os 37 anos de trajetória da AESabesp ajudando a desenvolver o saneamento sustentável no Brasil e contribuindo com a saúde e a qualidade de vida das pessoas.

Para mais informações, acesse o portal: fenasan.com.br.

XIII Congresso Brasileiro de Regulação e Expo ABAR será realizado em outubro, em São Paulo (SP)

A edição de 2023 do XIII Congresso Brasileiro de Regulação e Expo ABAR ocorrerá em São Paulo (SP), de 18 e 20 de outubro. O Congresso da ABAR ocorre a cada dois anos e reúne autoridades públicas, do setor privado e da Academia no tema da regulação, assim como os responsáveis pelas concessionárias que prestam serviços públicos em todo o país. Além das palestras, haverá um espaço para apresentação de trabalhos técnicos e científicos sobre assuntos relativos ao universo da regulação.

O evento será realizado no Centro de Convenções Frei Caneca, 5º andar, em condições inéditas em termos de infraestrutura e logística para os participantes.

Pela primeira vez em sua história, o Congresso será sediado por três diferentes agências reguladoras. A Arsesp

(Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo), a Artesp (Agência de Transporte do Estado de São Paulo) e a (Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá) ARES-PCJ viabilizaram a realização do evento na capital paulista ao apresentar proposta de candidatura conjunta.

Paralelamente ao Congresso da ABAR, agências reguladoras terão uma oportunidade única de trocar informações e experiências durante a Expo ABAR. A Aesbe terá um estande na feira, em que apresentará as publicações recentes da Série Universalizar, feitas pela entidade, além de edições da Revista Sanear.

Para mais informações, acesso o portal: congressoabar.com.br.

EVENTOS

Aesbe apoia institucionalmente o XXV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, que será realizado de 19 a 24 de novembro de 2023, em Aracaju (SE)

No momento em que é preciso defender os princípios estabelecidos pela Política Nacional de Recursos Hídricos e a importância do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos – e seu aprimoramento – como base para uma Política de Estado em que a Gestão das Águas seja, de fato, uma prioridade e possua visibilidade institucional dentro das estratégias de governança, Aracaju se tornará a “Capital Nacional das Águas”, ao sediar o XXV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos (XXV SBRH), no período de 19 a 24 de novembro de 2023. A Aesbe apoia institucionalmente o evento.

Com o tema Água e Sociedade: Re-

siliência, Inovação e Participação, o Simpósio abrangerá a área dos recursos hídricos nas mais diversas esferas, abordando desde planejamento e gestão, processos hidráulicos e hidrologia urbana, até proteção de mananciais e recuperação ambiental de bacias, além de trazer para o debate as inovações e a participação da sociedade.

Promovido pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRhidro) a cada dois anos, e nesta edição, com o apoio do Governo de Sergipe e entidades parceiras, o SBRH, maior evento nacional na área de recursos hídricos e um dos maiores do planeta, oportuniza o diálogo entre ciência, tecnolo-

gia, setores produtivos e comunidade, reunindo os mais diversos segmentos, como autoridades, pesquisadores, professores, estudantes, técnicos, profissionais liberais, empresários, fabricantes e comerciantes de equipamentos, usuários, gestores e tomadores de decisão. A expectativa é de que o Simpósio reúna mais de três mil pessoas.

O local escolhido para sediar o evento é o Centro de Convenções AM Malls Sergipe, localizado na Av. Pres. Tancredo Neves, 4444 – Inácio Barbosa, Aracaju – SE.

Para mais informações, acesse o portal: eventos.abrhidro.org.br.

Seminário Nacional da Aesbe 2023 será realizado de 29 de novembro a 1º de dezembro, em Brasília (DF)

A Aesbe realizará mais uma edição do seu tradicional Seminário Nacional em comemoração ao aniversário de 39 anos da entidade. A proposta visa a interação dos colaboradores das companhias associadas à Aesbe e das demais associações do setor, permitindo um ambiente adequado para o debate em prol da universalização do saneamento.

O evento será realizado nos dias 29 e 30 de novembro e 1º de dezembro, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB) – o maior Centro de Convenções da América Latina. Neste ano, o Seminário conta com duas novidades: Premiação especial para as companhias associadas e área para exposição de empresas.

O evento é destinado aos colaboradores das Companhias de Saneamento associadas à Aesbe e demais associações e entidades ligadas ao setor de saneamento.

Para mais informações, acesse o portal: aesbe.org.br.

Caesb, Sanepar e Cagece são pioneiras na implementação do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) em Saneamento Ambiental

A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) e a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) utilizam o potencial do PDI e estão investindo na seleção de propostas que possam contribuir para a inovação em seus processos

O Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) tem como objetivo principal a criação de soluções tecnológicas inovadoras, que podem ter um impacto significativo na qualidade e eficiência dos serviços de saneamento ambiental. O PDI funciona como um instrumento para a inovação no setor de saneamento, fomentando novas ideias que podem ser exploradas, desenvolvidas e implementadas. O programa tem a capacidade de desenvolver várias etapas do processo de inovação, desde a identificação de problemas e oportunidades até a implementação de soluções.

Dentre as empresas que têm apostado no potencial do PDI, destacam-se a Caesb, Sanepar e Cagece, que são pioneiras no reconhecimento desse instrumento e seu potencial transformador e de inovação no setor de saneamento. Mais do que apenas buscar melhorias em suas operações, essas companhias estão engajadas em contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país.

As chamadas públicas realizadas por essas companhias são uma tentativa de conectar a comunidade científica e tecnológica em uma busca coletiva por melhorias no setor de saneamento. Essas propostas podem envolver novas técnicas de tratamento de água e esgoto, sistemas de gestão ambiental mais eficientes e sustentáveis, soluções digitais que possam otimizar a prestação dos serviços e uma variedade de ideias e projetos.

No Brasil, o investimento em inovação no setor não apenas é uma forma de melhorar a qualidade dos serviços de saneamento, mas também um meio de contribuir para o desenvolvimento sustentável, econômico e social do país. Companhias como a Caesb, Sanepar e Cagece reforçam a importância da utilização de novas perspectivas para enfrentar desafios na melhoria da prestação de serviços.

Em entrevista à Revista Sanear, Fuad Moura, secretário da Câmara Técnica de Inovação (CTI) da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento

(Aesbe) e superintendente de Projetos Especiais e Novos Negócios da Caesb, explicou como o PDI se alinha à estratégia global da Caesb e, mais amplamente, às empresas de saneamento, e quais são alguns dos principais resultados esperados do programa no setor de saneamento do Distrito Federal.

“O PDI é uma oportunidade para implantar melhorias em processos de saneamento, resultando em mudanças incrementais ou radicais que tragam ganhos consideráveis na prestação de serviços à população. É importante destacar que as ações de Pesquisa Desenvolvimento e Inovação permitiram que a Caesb ocupasse uma posição de destaque entre os prestadores de serviço de Saneamento no País, em especial nas suas atividades fins, como tratamento de água e de esgoto. Parcerias com Universidades e parceiros privados contribuíram para a implantação recentes de tecnologias avançadas em suas Estações de Tratamento de Água”, destacou.



Fuad Moura, secretário da Câmara Técnica de Inovação (CTI) da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe) e superintendente de Projetos Especiais e Novos Negócios da Caesb

No campo do tratamento de esgotos, a Caesb se destaca pela implantação de tratamentos terciários em suas ETÉs, na gestão de recursos hídricos, por exemplo, um dos maiores casos de sucesso foi a despoluição do Lago Paranoá. Segundo Fuad Moura, um dos principais resultados esperados do Programa PDI no setor de saneamento do Distrito Federal é a melhoria do desempenho do abastecimento de água e do esgotamento sanitário.

“Os serviços de saneamento têm relação direta com a saúde da população, portanto trata-se de um serviço essencial no qual os investimentos realizados geram resultados positivos na qualidade de vida de uma determinada região. Assim, mudanças incrementais resultante de processos inovadores, que melhorem o desempenho do abastecimento de água e do esgotamen-

to sanitário, podem alavancar a cobertura, apesar de já termos índices que atendem ao preconizado pelo Marco Legal do Saneamento para 2033, e a qualidade dos serviços de saneamento prestados”, ressaltou.

O superintendente discorreu sobre o impacto que o PDI pode causar nas operações futuras e diárias da Caesb e em como os dados gerados a partir do monitoramento de processos podem agregar valores e permitir enxergar pontos de melhoria. “O impacto ocorrerá por meio de mudanças incrementais nos processos da empresa, e no setor de saneamento de uma forma geral, em especial com uso de novas tecnologias, além de dispositivos tecnológicos cada vez mais acessíveis ao setor de infraestrutura, como Machine Learning, Inteligência Artificial e Big Data.”, pontuou.

Fuad Moura compartilhou alguns exemplos de como o PDI trará mudanças inovadoras e alguns dos atuais desafios em processos do setor que podem ser resolvidos com esse instrumento de inovação.

“Podemos citar potenciais melhorias no tratamento de água e esgoto, com a avaliação e adoção de tecnologias de tratamento mais sustentáveis e eficientes; na gestão de recursos hídricos, contribuindo com a gestão integrada e mitigando riscos de cenários de escassez hídrica; no saneamento rural e periurbano, definindo soluções aplicadas à realidade local das áreas rurais, com a capacitação e formação de profissionais da área; na gestão de perdas de água e eficiência energética, contribuindo para redução de perdas físicas e comerciais, investigando melhorias na gestão operacional”, concluiu.

ESPAÇO DAS ASSOCIADAS

- 34** **CAER** - Companhia de Águas e Esgotos de Roraima

- 36** **CAERD** - Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia

- 38** **CAERN** - Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte

- 40** **CAESB** - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal

- 42** **CAGECE** - Companhia de Água e Esgoto do Ceará

- 44** **CAGEPA** - Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

- 46** **CEDAE** - Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro

- 48** **COMPESA** - Companhia Pernambucana de Saneamento

- 50** **COSAMA** - Companhia de Saneamento do Amazonas

- 52** **DESO** - Companhia de Saneamento de Sergipe

- 54** **EMBASA** - Empresa Baiana de Águas e Saneamento

- 56** **SANEAGO** - Companhia Saneamento de Goiás

- 58** **SANESUL** - Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul

CAER

Companhia
de Águas e
Esgotos de
Roraima



Caer avança na universalização da água potável em 14 municípios de Roraima

De 2019 até o momento, a atual gestão da Companhia construiu 30.774 metros de rede de distribuição de água

A Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (Caer) está empenhada em universalizar o acesso à água potável em todos os municípios de Roraima e vem trabalhando em diversas frentes, com a perfuração de poços artesianos, ampliação das redes de distribuição de água, construção de novas sedes administrati-

vas e de sistemas de abastecimentos em diversas localidades.

Por meio do Programa Água para Todos, lançado pelo Governo de Roraima, em novembro de 2021, a Caer perfurou 40 novos poços artesianos no interior do estado e, além de realizar o monitoramento de nove sistemas de captação



de água, mantém ativos 218 poços, distribuídos em 14 municípios do interior.

Para 2023, o governador Antonio Denarium autorizou a perfuração de mais 50 poços, que vão reforçar o fornecimento de água em mais 30 localidades de Roraima e 20 bairros da capital.

De 2019 até o momento, a atual gestão da Companhia construiu 30.774 metros de rede de distribuição de água, beneficiando moradores de 14 municípios.

Denarium destacou que os investimentos que estão sendo realizados são significativos. “O fornecimento regular de água potável é um direito de todos. Nunca se investiu tanto em saneamento básico como agora. Todas essas obras vão permitir melhorias na qualidade de vida da população”, ressaltou.

Mais obras

Atualmente, cinco obras estão em andamento no interior do estado, sendo quatro sedes administrativas e um sistema de captação e tratamento de água.

A construção do sistema de captação e tratamento de água da Vila Central, no município do Cantá, vai beneficiar 1.500 moradores. A obra prevê a implantação de um sistema de captação de água no Rio Cachorro, construção de rede adutora de 100mm e mais mil metros de rede de distribuição. E ainda, dois reservatórios, sendo um apoiado, com capacidade de armazenamento para 50 mil litros, e outro elevado, com

capacidade para 40 mil litros.

Em julho de 2022, a Caer duplicou a capacidade da ETA (Estação de Tratamento de Água) de Rorainópolis, passando de 1,4 milhões para 2,8 milhões de litros de água potável por dia, beneficiando média de 25 mil pessoas que moram na sede do município.

Para garantir a qualidade da água fornecida à população, um sistema de filtros russos foi instalado na estação de tratamento. No início do mesmo ano, a Companhia colocou também em funcionamento um novo conjunto motobomba para captação de água do rio Anauá, garantindo a eficácia do abastecimento para mais de 6 mil famílias.

Instituto Trata Brasil - Boa Vista se destaca entre os 100 maiores municípios brasileiros melhores avaliados o Ranking do Saneamento de 2023

Conforme o Trata Brasil, entre os 100 melhores avaliados no universo de mais de cinco mil municípios do país, Boa Vista é o que mais realizou novas ligações à rede de esgoto neste período, totalizando 92.762 ligações. Com esse resultado, a capital de Roraima superou cidades como Brasília (DF), Goiânia (GO) e Curitiba (PR). Além de estar classificado entre os vinte melhores para o índice de esgoto tratado referido à água consumida.

O Instituto Trata Brasil monitora os indicadores dos mais de cinco mil municípios brasileiros com base na população. A classificação no ranking é baseada nos indicadores do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), ano de 2021, publicado pelo Ministério das Cidades.

Dos 100 municípios melhores avaliados, Boa Vista é o segundo que apresenta tratamento de mais de 90% do esgoto produzido, ou seja, 92,06% de coleta e 95,02% de tratamento; perdendo apenas para Curitiba (PR), com 99,98% de cole-

ta e 95,62% de tratamento; e superando Brasília (DF), que tem 91,77% de coleta e 86,65% de tratamento.

No indicador de coleta total de esgoto nas capitais brasileiras, Boa Vista expandiu os níveis de coleta em mais de dez pontos percentuais, tendo destaque no ranking pelo maior crescimento absoluto, com um incremento de 29,53 pontos percentuais (ou de 47,23%).

Quanto aos investimentos em saneamento básico, Boa Vista compõe a lista dos municípios que mais investiram na universalização, que inclui abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos e redução de perdas de água. Nessa evolução, a capital subiu mais três posições no ranking do saneamento, saindo de 31º, em 2022, para 28º, em 2023.

“Ampliamos o investimento no saneamento básico em todo o estado, expandindo em 40% a rede de distribuição de água, construindo mais de 90 poços e aumentando a cobertura de abastecimento. Em Boa Vista, investimos mais ainda, não somente no fornecimento de água potável, mas também na coleta e tratamento de esgoto. Esse é um compromisso que assumimos e fazemos questão de garantir para atender cada vez melhor nossa população”, afirmou o governador Antonio Denarium.

Os recursos são aplicados na cidade por meio da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (Caer). “São investimentos do Governo do Estado e aporte dos últimos quatro anos que o governador Antonio Denarium tem feito na Caer para propiciar que façamos a perfuração de novos poços, ampliação da rede de esgoto, implantação da rede de distribuição em vários bairros da capital. E temos o comprometimento do governador para continuar trabalhando e garantindo a universalização de acesso à água potável, assim como a coleta e tratamento de esgoto, tanto na capital quanto no interior do Estado”, ressaltou o presidente da Caer, James Serrador.

CAERD

Companhia
de Águas e
Esgotos de
Rondônia

Vale do Paraíso volta a ter abastecimento de água tratada após Caerd assumir obras da Estação de Tratamento de Água

Antes do início dos trabalhos da Companhia no município, as famílias só tinham água por meio de poços simples, que são perfurados até o início do lençol freático, com profundidade aproximada de 20 metros

A população do Vale do Paraíso, município localizado na região central de Rondônia, celebra a retomada do sistema de tratamento de água após sete anos de interrupção. No município, as famílias só tinham água por meio de poços simples, também conhecidos como poço caipira, raso, cisterna, cacimba ou amazonas, que são perfurados até o início do lençol freático, com profundidade aproximadamente de 20 metros. Essa realidade mudou, após o início dos trabalhos da Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (Caerd).

A prefeita do município, Poliana Gasqui, conta que quando assumiu o mandato, em 2021, tinha como grande desafio na administração atender à expectativa da população por água tratada, uma vez que Vale do Paraíso já tinha uma Estação de Tratamento de Água – ETA, financiada pelo Governo Federal, por meio da Fundação Nacional da Saúde – Funasa

pelo Projeto “Saber Viver”, em parceria com a prefeitura da cidade.

“Apesar do sistema estar instalado, não funcionava. Faltavam a filtragem e o ensaio do transformador para a efetiva operacionalização. Além disso, existia uma rede desorganizada, com tubulações instaladas para todos os lados, sem planejamento e que precisava ser substituída. Outro agravante era a regularização do terreno do ponto de captação de água, que não estava no nome do município. Diante dessas complicações, o sistema foi desativado antes de 2013”, esclarece a prefeita.

Ao assumir o cargo de chefe do executivo municipal, Poliana Gasqui e a equipe da prefeitura reformularam o Plano de Ação e apresentaram ao Tribunal de Contas do Estado – TCE. Foi neste período que a prefeitura solicitou a parceria da Caerd, reconhecida por sua expertise no tratamento de água para a



Captação de água no município é realizada pelo rio Paraíso e tem capacidade de fornecer água tratada para 900 famílias sem interrupção. Foto - Elioberte Moreira

grande missão de fazer o sistema operar.

“Água aqui no Vale do Paraíso era um problema crônico que se arrastou por várias administrações, enfim alguém olhou para a população”, destaca Mário Júnior, morador da cidade.

A Companhia assumiu e reiniciou as obras e serviços necessários para restabelecer o abastecimento de água tratada às famílias da cidade com uma nova ETA. “Com o trabalho da equipe da Caerd, formada por técnicos e engenheiros, o dia mais feliz para as famílias do Vale do Paraíso foi em 2022, quando a água jorrou na tubulação central, em direção à ETA. Contar com os serviços da Companhia no nosso município nos traz segurança. Agora a realidade de nossas famílias é outra, e a Caerd tem suprido essa carência, garantindo que todos os moradores tenham acesso à água tratada de forma segura e contínua, porque sabemos que a Companhia segue os padrões da legislação federal”, relata a prefeita do Vale do Paraíso.

Para o governador de Rondônia Mar-

cos Rocha, o retorno dos serviços de distribuição de água tratada às famílias de Vale do Paraíso é um marco para o município, que reflete na qualidade de vida da população rondoniense.

De acordo com o presidente da Caerd, Cleverson Brancalhão, a expansão dos serviços da empresa em Vale do Paraíso representa um importante avanço para a cidade, proporcionando melhorias significativas na qualidade de vida da população. “Com o restabelecimento do tratamento de água, a Companhia reafirma o compromisso em levar água potável e saúde pública para cada lar do município, promovendo bem-estar e progresso para a região”, destaca.

Nova ETA

Segundo o gerente da Unidade da Caerd de Ouro Preto do Oeste, que fica a aproximadamente 37 quilômetros do Vale do Paraíso, Iran Dantas, “cada dia era uma conquista, a água chegando à ETA, a revisão da ETA, a limpeza dos comporta-

mentos, a instalação de escritório local. Agora, Vale do Paraíso conta com um sistema capaz de atender a todas as residências do município”, afirma.

O volume de produção de água tratada da nova ETA é de 45 m³ por hora, com capacidade de atender a 900 famílias sem interrupção no fornecimento. A água utilizada é captada diretamente do Rio Paraíso, assegurando uma fonte hídrica de qualidade à população local.

No município, o sistema é operado pelo técnico em sistema de saneamento, Elioberte Moreira Passos, responsável pela análise rigorosa da água e pelo funcionamento da ETA.

Expansão

Com o apoio da Caerd, a prefeitura elaborou outro projeto, seguindo as diretrizes do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, para melhoria da rede e ampliação, a fim de atender às famílias de Santa Rosa, distrito de Vale do Paraíso. O projeto está orçado em R\$ 4 milhões e está sob análise da Funasa.

CAERN

Companhia
de Águas e
Esgotos do
Rio Grande do
Norte



Caern atinge 100% de macromedição em Natal e supera média nacional

A marca já tinha atingido outras três regionais da
Companhia: Sertão Central, Alto Oeste e Seridó

Marco histórico na macromedição nacional, a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern) atingiu o índice de 100% na macromedição da produção de água em Natal. A marca já tinha atingido outras três regionais da Caern: Sertão Central, Alto Oeste e Seridó, ou seja, mais de 60 cidades com total gestão e controle da água produzida e distribuída à população.

A macromedição é o termo utilizado para medição de grandes vazões de água por meio de equipamentos eletrônicos, sendo responsável por quantificar o volume produzido e disponibilizado a uma determinada área de consumo. Em outras palavras, o índice de 100% de macromedição significa que há controle pleno de toda a água destinada para um Sistema de Abastecimento de Água (SAA), tendo assim um melhor controle sua produção e distribuição. Vale ressaltar que a medida leva em consideração que todos os equipamentos de medição instalados estão em funcionamento contínuo.

“A gestão da Companhia tem envidado esforços na melhoria da macromedição e da micromedição, com o intuito de possibilitar sistemas mais controlados e, principalmente, reduzir os índices de perdas. Além disso, com o maior controle do sistema é possível tomar decisões precisas, tendo sempre como objetivo o bom atendimento da população”, destaca Thiago Índio, diretor de Operação e Manutenção da Caern.

Macromedição em números

Segundo dados do último Diagnóstico Temático Serviços de Água e Esgoto, do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), referente ao ano de 2020, 81,6% era o percentual médio do volume macromedido nos sistemas de abastecimento de água do Brasil. A região com maior índice era a Sudeste (90,1%), seguida de Centro-Oeste (87,8%), Sul (83,4%), Nordeste (69%) e Norte (44,3%).

Em maio de 2023, quando comparada ao levantamento do SNIS, a macromedição da Caern (91,5%) foi superior à média da região Sudeste, que tem maior índice do país (90,1%). Dessa maneira, ao atingir valores superiores à 90%, como vem acontecendo nos últimos meses, a Caern está bem acima das médias regionais e da média nacional de macromedição.

O gerente de Perdas e Automação da Caern, Felipe Oliveira, ressalta a importância da macromedição na análise da eficiência operacional e das perdas hídricas nos sistemas de abastecimento, sendo ainda necessária para cumprir os requisitos das outorgas, que são as licenças ambientais para uso e exploração dos mananciais de água. Essa evolução permite avaliar o comportamento e a eficiência dos sistemas de abastecimento de forma assertiva, além de contribuir

ambientalmente com a preservação dos recursos hídricos reduzindo os índices de perdas.

Felipe Oliveira considera o feito como resultado do trabalho persistente da Caern. “Com este trabalho, a Companhia tem mostrado uma valorização da área de macromedição, reconhecendo a sua importância para a melhoria do abastecimento para a população.”, destaca. Para ele, a meta agora é seguir trabalhando para que a Caern atinja 100% de macromedição nas outras regionais do Rio Grande do Norte.



CAESB

Companhia de
Saneamento
Ambiental
do Distrito
Federal

Caesb utiliza tecnologia para combater ligações clandestinas e fraudes

De janeiro a março deste ano, foram realizadas 8.330 inspeções

Para ajudar no combate às ligações clandestinas de água, a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) está utilizando uma ferramenta que facilita a análise de denúncias de ligações clandestinas e fraudes recebidas e registradas pelos diversos canais de atendimento disponibilizados à população. Por meio de um dashboard de Gestão e uso de drone, é possível verificar periodicamente se houve aumento no uso clandestino de água numa determinada região e estabelecer condições mais assertivas para a fiscalização. A ferramenta foi elaborada em parceria com a área de proces-

samento da Companhia e reúne dados relevantes em tempo real.

As ligações clandestinas de água trazem sérios prejuízos para o abastecimento da população, uma vez que podem reduzir a pressão da água nas residências da vizinhança, provocar furos nas tubulações, aumentar os riscos de contaminação da água e até mesmo influenciar nos valores da tarifa de água. A Caesb realiza um trabalho permanente de fiscalização de ligações clandestinas e fraudes cometidas nas redes de distribuição de água em todo o DF.

Em 2022, a Coordenação de Fiscalização do Sistema Distribuidor de





Água (CACFF) realizou mais de 40 mil vistorias de fiscalização em todo o DF para verificação de uso clandestino de abastecimento. São consideradas ligações clandestinas, as intervenções indevidas realizadas pelos usuários cadastrados e/ou por aqueles que têm à sua disposição as instalações regulares da Caesb. Desse quantitativo, 2.878 irregularidades foram notificadas por meio de Termo de Ocorrência de Irregularidade (TOI), uma média mensal de 240 infrações. A maioria das inscrições notificadas (2.343) manipularam o consumo de água gerando um faturamento subestimado, sendo 1.389 manipulações nos hidrômetros e 954 nos ramais e rede da Caesb.

De acordo com o coordenador da CACFF, Rafael Tavares de Souza, por meio das fiscalizações, é possível contabilizar os volumes evadidos de água, de

forma a recuperar a quantidade de água não hidrometrada pelas fraudes. Das cerca de 2.400 autuações por faturamento subestimado, estima-se que foi gerada uma economia de 240 mil m³ de água, aproximadamente. Com relação a perda financeira causada pelas fraudes e ligações clandestinas, cerca de R\$ 1,1 milhão foram recuperados em 2022. “Utilizando um painel visual que apresenta, de maneira centralizada, um conjunto de informações (dashboard BI), é possível quantificar o resultado das ações de fiscalização num intervalo de seis meses, antes e depois das vistorias. Em todos os casos, verificou-se a regularização do consumo, recuperação do volume de água e consequentemente aumentando o faturamento”, relata o coordenador.

No ato da fiscalização e detecção de irregularidade, é aplicado o Termo de Ocorrência de Irregularidade (TOI).

Nesse momento, pode ser solicitado a lavratura de Boletim de Ocorrência Policial. O usuário pode receber multa que varia de 10 até 1.500 vezes o valor da tarifa de água, dependendo do caso. A ligação pode ser suspensa e ainda pode ser apurado o volume de água consumido irregularmente (consumo evadido), que é estimado com base nas características da unidade usuária, no histórico de consumo anterior à correção da irregularidade e no tempo presumido de ocorrência dela.

De janeiro a março deste ano, a CACFF realizou 8.330 fiscalizações. A média de autuação das ordens de serviços realizadas subiu de 7,6% em 2022 para 8,91%, até março de 2023.

Crédito da foto: Cristiano Carvalho (Caesb)

CAGECE

Companhia de
Água e Esgoto
do Ceará



Parceria Público-Privada universalizará serviços de esgotamento sanitário em 24 municípios do Ceará

Ao todo, serão investidos cerca de R\$ 19 bilhões de recursos da Companhia para levar saúde, qualidade de vida e segurança sanitária para mais de 4,3 milhões de pessoas

A Parceria Público-Privada (PPP) realizada entre a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) e a Ambiental Ceará, empresa da Aegea Saneamento, viabilizará a universalização dos serviços de esgotamento sanitário em 24 municípios cearenses. Ao todo, serão investidos cerca de R\$ 19 bilhões de recursos da Companhia para levar saúde, qualidade de vida e segurança sanitária para mais de 4,3 milhões de pessoas.

Os municípios contemplados com a PPP do Esgoto estão localizados nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza (RMF) e do Cariri (RMC) e foram divididos em dois blocos regionais na concorrência pública internacional vencida pela Aegea Saneamento, em setembro de 2022, na B3, em São Paulo.

No bloco 1 estão as cidades de Aquiraz, Cascavel, Chorozinho, Eusébio, Guaiuba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Ma-

ranguape, Pacajus, Pacatuba, Barbalha, Farias Brito, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri. Juntos, estes municípios atualmente possuem cerca de 30% de cobertura dos serviços de esgotamento sanitário.

Já no bloco 2, que atualmente encontra-se em fase de operação assistida, estão os municípios de Fortaleza, Caucaia, Paracuru, Paraipaba, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu e Trairi. Atualmente, a cobertura dos serviços de esgotamento sanitário nesses municípios é de cerca de 64%.

Início da operação

Com contrato firmado para 30 anos de duração, a Ambiental Ceará já iniciou a operação definitiva do sistema de esgotamento sanitário dos 17 municípios pertencentes ao bloco 1. Foram iniciadas, também, as obras de melhoria para atingir as metas estabelecidas pelo Novo Marco Regulatório do Saneamento.

Dentre os principais serviços realizados pela empresa parceira, estão a implantação de novas redes coletoras de esgoto, a viabilização de novas ligações de residências no sistema de esgotamento sanitário e a modernização e construção de novas Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs). Entre as inovações utilizadas, está o uso do robô San, que atua no videomonitoramento das redes de esgoto e identifica o despejo irregular de resíduos na tubulação.

O presidente da Cagece, Neuri Freitas, ressalta que, a partir de agora, a equipe da Ambiental Ceará vai manter e operar o sistema de esgotamento sanitário nos referidos municípios. “Esse é um projeto grandioso, com o maior investimento que o Ceará já teve em saneamento. A Cagece passa para a posição de fiscal de contrato, buscando a melhoria da prestação do serviço e acompanhando todas as obras de melhorias e de expansão. A Ambiental Ceará agora terá a missão de operar, manter, realizar melhorias na infraestrutura existente e ampliar a rede de esgoto desses 17 municípios para que,

até 2033, tenham 90% da cobertura de esgoto”, explica.

O diretor-presidente da Ambiental Ceará, André Facó, destaca as transformações que o projeto de universalização de esgotamento sanitário proporcionará às cidades beneficiadas. “Estamos aqui para trabalhar e proporcionar mudanças de vidas, mais saúde, dignidade humana, geração de renda, valorização imobiliária, equilíbrio ambiental e sustentabilidade econômica. É por meio desta parceria com a Cagece que, nos próximos 30 anos, faremos entregas que reforçam o nosso compromisso de fazer além, com projetos que tragam benefícios para as pessoas e para o desenvolvimento das cidades”.

A maior PPP de saneamento do Brasil

Com a PPP, a Cagece continuará responsável pelo abastecimento de água e o

relacionamento com o cliente, além do acompanhamento do contrato relativos aos serviços de esgotamento sanitário, a interação com as agências reguladoras e as prefeituras. Já a Ambiental Ceará passa a ser responsável pelos serviços comerciais, como substituição de hidrômetros, padronização de ligações, atualização cadastral, fiscalização e combate às fraudes, além das obras de modernização e manutenção do sistema de esgotamento sanitário.

Início dos estudos e viabilidade do projeto

A PPP foi pensada pela Cagece em 2017, antes mesmo do Novo Marco Regulatório do Saneamento, por meio de um estudo realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que atestou a viabilidade desse tipo de modelo para universalizar os serviços no Ceará.



CAGEPA

Companhia
de Água e
Esgotos da
Paraíba

Cagepa põe Paraíba entre os estados mais eficientes do país e 1º do NE em gestão de perdas

O desempenho é destaque no levantamento divulgado em 5 de junho pelo Instituto Trata Brasil

O trabalho desenvolvido pela Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa) leva a Paraíba ao topo do ranking de gestão do desperdício de água: o estado figura como 4º lugar nacional e 1º da região Nordeste. O desempenho é destaque no levantamento divulgado pelo Instituto Trata Brasil, no dia 5 de junho. A Paraíba é um dos quatro estados que já atingiram o padrão de excelência em perdas volumétricas, previsto como meta para 2034 pela Portaria 490/2021 do Ministério do Desenvolvimento Regional.

No estudo do Trata Brasil, o indicador “perdas volumétricas” refere-se ao desperdício produzido às perdas por ligação de água. O MDR fixou o prazo de até o ano de 2034 para que as companhias de saneamento baixassem o indicador para até 216 litros por ligação ao dia. A Paraíba apresentou 215 L/ligação/dia - bem abaixo do resultado nacional, que foi de 334 L/ligação/dia.

“Já éramos referência no Nordeste e agora somos também no país. Porque o que é meta para 2034, nós já batemos 23 anos antes. Esse resultado muito nos

orgulha, mas também aponta para o caminho que estamos abrindo: o da excelência. E excelência só se alcança e se mantém com responsabilidade e estratégias sustentáveis”, comenta o presidente da Cagepa, Marcus Vinícius Neves.

Eficiência também na distribuição – No indicador “perdas na distribuição” – que se refere à diferença entre a água produzida e a efetivamente consumida tanto medida quanto estimada – a Cagepa também se mantém no topo do ranking das empresas de saneamento do Nordeste que menos desperdiçam água. A Paraíba registrou 35,38% em perdas, sendo a primeira da região e sétima do país. “Esse é o tipo de desperdício que acontece quando o hidrômetro está quebrado, assim como o que se perde devido a vazamentos e ligações clandestinas. Nosso desempenho está melhor que a média nacional, resultado de um trabalho efetivo de automação de serviços e agilidade na retirada de vazamentos, aliado ao cuidado ambiental”, diz o presidente.

Projetos de combate às perdas – Mesmo com esse índice, a Cagepa não



para. A Companhia coloca perdas como prioridade na política da empresa. Por estar inserida também no Semiárido e entender a importância da água, a empresa inseriu o tema dentro dos projetos financiados pelo Banco Mundial, proporcionando a criação do ‘Plano de Ação da Nova Política de Combate às Perdas no Faturamento e na Distribuição’.

A nova política da Cagepa é norteada pelo Road Map: uma mentoria desenhada utilizando conceitos de Business Intelligence em organizações de Saneamento Básico para melhorar os processos de redução e controle de perdas nos sistemas de distribuição.

“Estamos buscando diminuir ainda mais as perdas, colocar esse tema em definitivo na pauta da empresa, como prioridades nos programas e investimentos, para ofertar serviços com ainda mais qualidade para os clientes paraibanos”, resume o presidente Marcus Vinicius Neves.

Projeto de recuperação – O diretor Comercial da Cagepa, Isaac Veras, assegura que os resultados progressivos da Cagepa na gestão de desperdício de

água não são aleatórios, mas sim o saldo de um projeto da Companhia. Há mais de um ano, a Cagepa firmou um contrato de performance para redução de perdas aparentes na região da Grande João Pessoa. Nos primeiros 12 meses de execução, cinco bilhões de litros de água foram recuperados.

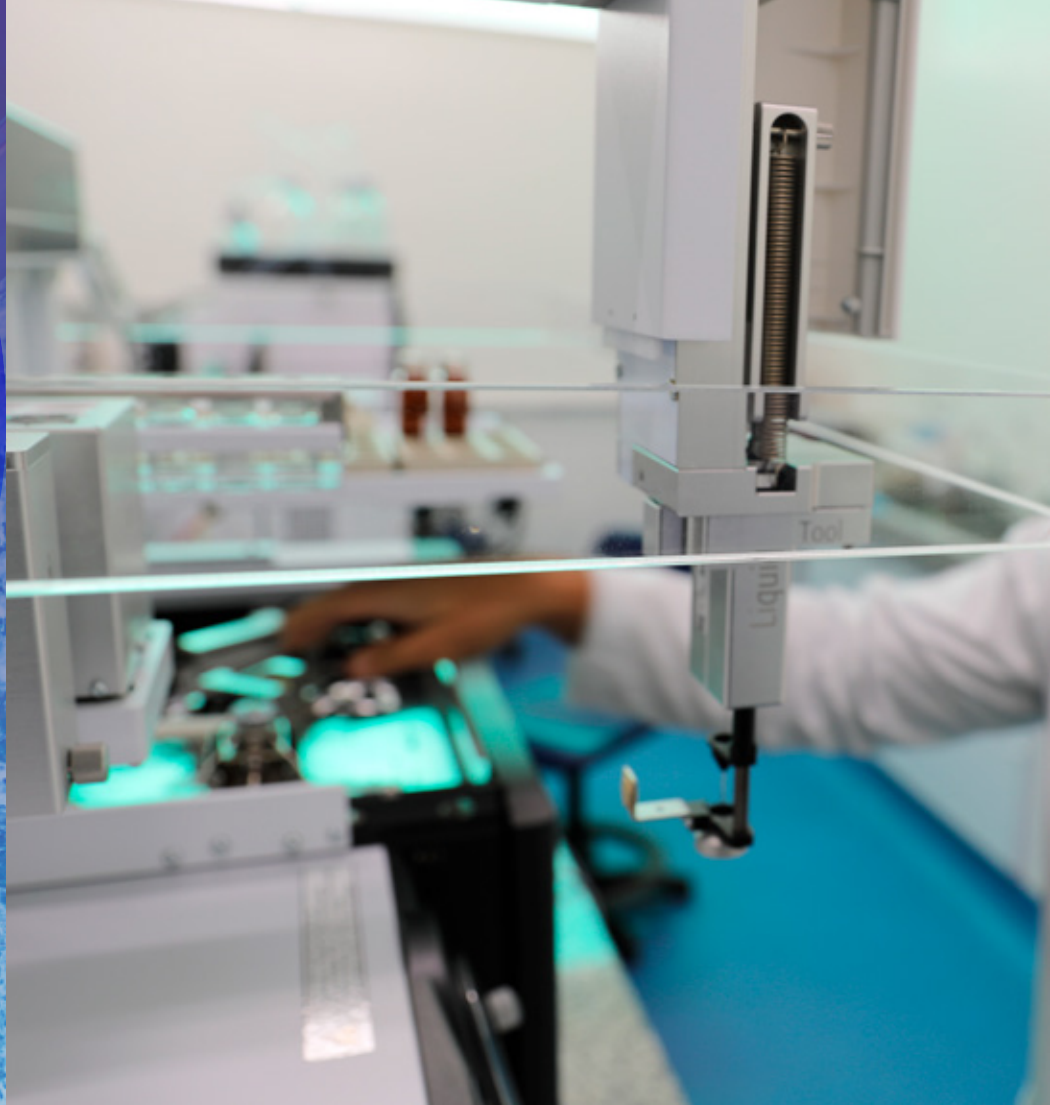
“É um montante que até então era desperdiçado em ligações domiciliares com os mais diversos problemas, como vazamentos internos, falta de medição correta, hidrômetros danificados, ligações clandestinas, desvios, entre outras irregularidades. O contrato de performance da Grande João Pessoa foi, inclusive, utilizado como case de sucesso no Manual de Contratos de Performance e Desempenho da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), na sua edição de 2021. Isso valida a decisão da Cagepa, corrobora a deliberação da empresa por esse caminho”, destaca Marcus Vinicius Neves. O contrato foi iniciado em agosto de 2021 e terá vigência de 60 meses. A empresa atuará por esse período na Região Metropolitana de João Pessoa.

Dentro da contratação, estava prevista a execução do censo comercial em toda a área, além da instalação de medição com hidrômetros eletrônicos ultrassônicos em 1.100 unidades de consumo, que serão direcionadas aos grandes clientes da área de atuação do contrato. Isso possibilitará à Companhia e aos clientes um acompanhamento em tempo real de consumo instantâneo e médio, e monitoramento de possíveis vazamentos e eventuais fraudes.

O estudo – A nova edição do estudo “Perdas de água 2023: Desafios para disponibilidade hídrica e avanço da eficiência do Saneamento Básico no Brasil” foi elaborado a partir de dados públicos do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, ano base 2021).

CEDAE

Companhia
Estadual
de Águas e
Esgotos do Rio
de Janeiro



Cedae inaugura laboratório de ponta para análise de qualidade da água

A iniciativa é parte do projeto de modernização do Sistema Guandu, que inclui investimentos de mais de R\$ 800 milhões em obras



Segurança hídrica

O Libra é parte do projeto de modernização do Sistema Guandu, que inclui investimentos de mais de R\$ 800 milhões em obras, já em andamento, com conclusão prevista para 2025. As intervenções incluem a modernização dos filtros, floculadores e decantadores, entre outros equipamentos, e vão dar mais segurança e eficiência ao abastecimento da Região Metropolitana do Rio.

A ETA Guandu também conta, desde outubro de 2020, com a primeira equipe de “sommeliers de água” do Estado do Rio. São 21 profissionais do laboratório da estação, que se alternam todos os dias para degustar a água tratada em painéis sensoriais. Os painéis acontecem até três vezes ao dia, e cada um conta, em média, com 5 a 6 participantes. Os integrantes passam por treinamento e obedecem a um “regime” que inclui estar em jejum, não usar perfumes fortes e não fumar, para evitar alterações na percepção de gosto e odor.

Todas as intervenções são parte dos esforços da Cedae para garantir a segurança hídrica no estado, que incluem ainda intervenções no próprio leito do Guandu, como a instalação de boias de ultrassom e o bombeamento de água do leito do rio para a lagoa de captação, que controlam a proliferação de algas.

A Companhia está investindo também R\$ 2 bilhões para a construção do Novo Guandu, em Nova Iguaçu. O novo sistema produzirá 12 mil l/s, operando em conjunto com o Sistema Guandu, totalizando uma oferta de 55 mil l/s para a Região Metropolitana. As obras já estão em andamento e devem ser concluídas até 2026.

“O resultado de todo o trabalho que a gente vem fazendo há dois anos está dando frutos hoje, com o segundo verão sem alterações na qualidade da água. E com nosso foco agora na produção de água, vamos buscar cada vez mais a excelência, investindo na melhoria constante dos nossos processos e instalações”, conclui Daniel Okumura, diretor de Saneamento e Grande Operação da Companhia.

das necessárias, em tempo hábil, para garantir a qualidade da água produzida. Antes, as análises de substâncias como geosmina, por exemplo, eram feitas no laboratório da Cedae localizado na Tijuca (com resultados em até um dia) ou contratadas de laboratório em São Paulo (podendo levar até 9 dias).

“A produção de água é um processo encadeado e sequencial, vem desde o monitoramento, de como a gente recebe a água, e segue ao longo do tratamento em todas as estações. O Libra é uma das ações adotadas nos últimos dois anos, que garantiram dois verões livres de geosmina, e a gente tem estabilidade hoje. Com todas as medidas adotadas, mantivemos o controle da qualidade, e vamos continuar preparando a empresa para que a gente entregue um serviço cada vez melhor”, detalha Aguinaldo Ballon, presidente da Cedae.

Segundo o coordenador de Controle de Qualidade da ETA Guandu, Robson Campos, o laboratório vai monitorar a presença de pesticidas, cianotoxinas, derivados da cloração e substâncias que causam gosto e odor (MIB e geosmina), e terá condições de monitorar até disruptores endócrinos (substâncias que podem afetar o equilíbrio hormonal).

Além disso, o laboratório já nasce com a Acreditação ISO 17025:2017 do Inmetro, reconhecida internacionalmente, tornando-se o primeiro da Cedae e o primeiro em uma estação de tratamento, no Rio de Janeiro, a obter esta certificação. Robson destaca a importância do certificado para a garantia da qualidade do abastecimento do estado do Rio.

“A missão do controle de qualidade da ETA Guandu é garantir a segurança hídrica, e a acreditação é parte deste processo de informar a sociedade que o laboratório funciona dentro do melhor padrão internacional de qualidade, com avaliações periódicas do Inmetro. Costumávamos realizar 30 mil análises por mês, em média. Agora, com o Libra, estimamos que vamos saltar para em torno de 40 mil análises por mês”, projeta Robson.

O abastecimento de água da Região Metropolitana do Estado do Rio ganhou um reforço de peso: a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae) inaugurou o Laboratório de Investigação Biológica e Rastreamento Ambiental (Libra), novo laboratório de controle de qualidade da Estação de Tratamento de Água (ETA) Guandu.

Com investimento de R\$ 3,5 milhões e equipado com instrumentos de medição e análise de última geração, o Libra vai auxiliar no monitoramento da água em mais de 35 pontos ao longo do Sistema Guandu, desde o leito do Rio Guandu até a saída da água tratada da estação.

A unidade conta com cromatógrafo líquido e cromatógrafo gasoso (que medem substâncias como geosmina, cianotoxinas e poluentes) de última geração, que permitirão a realização de análises em até meia hora. Com isto, técnicos terão informações quase em tempo real sobre qualquer variação na qualidade da água no rio, e poderão tomar as medi-

COMPESA

Companhia
Pernambucana
de Saneamento



Compesa inaugura sistema de armazenamento de energia no Agreste Pernambucano

Equipamento foi projetado para o atendimento da ETA Petrópolis, em Caruaru, e é alimentado por um sistema de baterias totalmente recicláveis



A Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) inaugurou o novo sistema de armazenamento de energia em baterias implantado na Estação de Tratamento de Água (ETA) Petrópolis, na cidade de Caruaru, Agreste. O equipamento conhecido como Battery Energy Storage System (BESS) foi projetado para o atendimento do consumo da unidade de forma integral ou parcial, quando houver problemas de interrupção no fornecimento de energia pela Neoenergia Pernambuco e nos horários de ponta, quando a energia é mais cara.

O presidente da Compesa, Romildo Porto, destacou que o sistema permitirá a melhoria da prestação dos serviços, evitando o desabastecimento de água e reduzindo custos com manutenções não programadas. “A Compesa assumiu o compromisso de reduzir os custos com a energia elétrica e aumentar a eficiência das operações de água e esgoto e nos últimos anos vem desenvolvendo soluções importantes

para reduzir o custo com energia elétrica nas unidades. As iniciativas buscam otimizar o uso da energia, a partir de fontes mais baratas para atender sua demanda interna e, assim, garantir que a economia com a conta de luz seja convertida em investimentos na ampliação da infraestrutura de saneamento”, pontuou Porto.

O BESS é fruto de uma parceria entre a Compesa e a Baterias Moura, firmada em 2021. O equipamento funciona como um grande nobreak através de um sistema de 1.300 baterias totalmente recicláveis, instaladas em um contêiner. O contrato será remunerado por performance, baseado na economia obtida entre o armazenamento de energia no horário fora de ponta (mais barato) e o suprimento de energia demandado pela carga no horário de ponta (mais caro). “Quando a energia for mais cara, a estação será abastecida por energia elétrica oriunda do sistema de armazenamento. Quando a energia for mais barata, durante a madrugada, esse sistema é recarregado”, explicou Luiz

Mello, diretor comercial de Baterias Industriais, RSM, BESS e Lítio da Moura.

O investimento se soma a outras iniciativas em desenvolvimento pela Compesa para garantir que a economia com a conta de luz seja convertida em investimentos em infraestrutura no saneamento. A segunda maior despesa da companhia estatal é a fatura de energia.

Energia limpa e mais barata – Além do sistema BESS, a Compesa está diversificando a matriz energética com outras iniciativas, como a Parceria Público Privada (PPP) de Autoprodução de Energia e as usinas solares para geração distribuída de energia. Toda a energia será destinada às unidades consumidoras da Compesa. A perspectiva da Companhia é suprir 60% da energia utilizada nas unidades nos próximos anos.

COSAMA

Companhia de
Saneamento do
Amazonas



Cosama chega à marca de 1 milhão de copos distribuídos no Estado do Amazonas

O marco aconteceu durante a realização 56º
Festival Folclórico de Parintins

O governo do Amazonas, por meio da Companhia de Saneamento do Amazonas (Cosama), desde que inaugurou a primeira Fábrica Envasadora de água do estado, tem realizado diversas ações

de distribuição de copos de água tratada para escolas públicas, instituições, hospitais, eventos governamentais e na iniciativa inovadora que leva água gratuita para a maior festa folclórica da região Norte, o

ESPAÇO DAS ASSOCIADAS



Festival de Parintins, município localizado às margens do rio Amazonas (distante 369 quilômetros da capital Manaus).

Sucesso no ano de 2022, a ação contempla as agremiações folclóricas dos bois Caprichoso - representado pela cor azul, e Garantido - representado pela cor vermelha, com distribuição de copos de água temáticos nas cores dos bumbás aos torcedores que enfrentam filas quilométricas para assistirem às apresentações durante os três dias de festa, além da distribuir em pontos turísticos da cidade.

Neste ano, 250 mil copos foram destinados para a segunda edição da ação Água nas Torcidas, com isso, a Cosama chegou à marca de distribuição de 1 milhão de copos produzidos durante o último ano.

Sustentabilidade

Além do 56º Festival Folclórico de Parintins, o Espetáculo do Povo da Flores-

ta, o público teve acesso à água purificada, uma grande novidade levada pela Cosama, que disponibilizou uma máquina purificadora de água instalada no turismólogo. Durante toda a programação, a equipe distribuiu às pessoas que passaram pelo espaço, copos temáticos biodegradáveis para se hidratarem com a água purificada. Com isso, a Cosama reduziu os custos com o tratamento de doenças de origem hídrica - por ingestão de água impura e diminuindo o descarte de embalagens plásticas na natureza, uma máquina é capaz de atender até 500 famílias, operando 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Com o intuito de preservar o meio ambiente, a Cosama firmou parcerias com associações de reciclagem assinando um termo de cooperação técnica para reciclar os copos descartados durante a ação Água nas Torcidas 2023.

A parceria foi firmada com a Associa-

ção de Reciclagem e Preservação Ambiental (Arpa), de Manaus, e Associação de Catadores de Parintins (Ascalpi). Os copos foram descartados em Pontos de Entrega Voluntário (PEV) espalhados em diversos pontos da cidade, inclusive dentro do bumbódromo, reutilizados e servirão de matéria prima para produção de mangueiras e sacolas plásticas.

Geração de emprego e renda

A distribuição de água conta com os tricicleiros através de parceria com as associações. Essa é uma forma de garantir a geração de renda durante as festividades aos trabalhadores autônomos.

DESO

Companhia de
Saneamento de
Sergipe

Usinas Fotovoltaicas: Deso investe em ações voltadas à inovação, eficiência energética e sustentabilidade

O objetivo é contabilizar os impactos positivos com a redução de custos, com energia elétrica, em quase 2 milhões de reais por ano e preservação do meio ambiente

É no município de Neópolis, em Sergipe, que a Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso) está dando o pontapé inicial para a redução de custos e preservação do meio ambiente, ao licitar a locação de duas usinas de energia elétrica de fonte fotovoltaica para a compensação de energia elétrica nas unidades consumidoras da empresa. São iniciativas que geram impacto positivo, com ações voltadas para inovação, eficiência energética e sustentabilidade.

Serão atendidas 382 unidades da Deso, o que representa 50%, das 763 unidades consumidoras da empresa, gerando uma economia prevista de quase 2 milhões de reais por ano. É importante destacar que não haverá investimento financeiro por parte da Deso para implantação das usinas, com os pagamentos à Contratada (foi feita uma chamada pública para Locação de Sistema de Geração Distribuída (SGD) e serviços de operação e manutenção), se iniciando após a entrega do SGD, em operação, e estando condicionados ao efetivo

retorno econômico para a Companhia de Saneamento de Sergipe, garantindo uma economia mínima mensal de 25% nas faturas de energia das unidades selecionadas.

Segundo Luciano Goes, diretor-presidente da Deso, a iniciativa tem o propósito de atender as necessidades da Companhia, gerando impactos positivos, principalmente com a redução de custos. “Visitamos as usinas, junto à empresa contratada pela Deso, que irão atender 50% das unidades da Companhia, e diminuirá em 25% o custo de energia para a Deso, nas unidades selecionadas. Desta forma, com energia limpa e sustentável, atendendo ainda mais à necessidade da empresa e reduzindo custos. Esse é só o começo de uma série de ações que a nossa gestão tem iniciado e sem dúvidas, traremos melhores prestações do serviço para a população sergipana diariamente”, diz.

OBRAS

As obras das duas usinas tiveram início em dezembro de 2022, no município de



Neópolis/SE, e ocuparão uma área de 12 ha. Terão uma capacidade máxima instalada total de 6 MW para produção de até 12.000 MWh/ano. A locação se dará por um período de 15 anos e toda energia produzida será destinada à obtenção de descontos nas faturas de energia das unidades consumidoras da Deso. O processo de geração de energia fotovoltaica não emite gases poluentes, contribuindo para a redução da emissão de gases do efeito estufa (GEE), sendo considerada uma fonte de energia renovável e que auxilia na preservação do meio ambiente. Estando, a Deso, alinhada com seus objetivos estratégicos e com as principais agendas mundiais em busca de um futuro sustentável.

De acordo com Camilla Coelho, gerente da Gestão Energética da Deso, a empresa tem trabalhado nos últimos anos, objetivando a inovação, eficiência e sustentabilidade de seus projetos e processos. “É nesse cenário que as usinas fotovoltaicas entram, tendo em vista ser este um sistema de energia proveniente de ener-

gia limpa, sustentável e renovável. Esse é mais um dos projetos que demonstram o compromisso da Deso com a diversificação da matriz energética, com o meio ambiente e a redução de custos, tornando a empresa cada vez mais sustentável e competitiva. Me sinto honrada em poder trabalhar com uma equipe que está disposta a desenvolver projetos que trazem impactos positivos para a empresa. Estamos finalizando os estudos de migração de um segundo lote para o mercado livre de energia, contrato que permite a redução de custos e o fornecimento de energia por fonte renovável. Em andamento também, existe um contrato de performance que visa à eficiência energética, através de substituição e retrofit de bombas da maior unidade consumidora da Deso e geração de energia através de aproveitamento hidráulico com a instalação de BFT’s (bomba funcionando como turbina)”, ressalta.

“A obra traz uma mudança no paradigma de geração de energia para o autoconsumo da Deso. É o primeiro projeto

em que a empresa passa a não ser só produtora de água, como também de energia. Com essa planta a Deso faz uma entrada no mercado de geração de energia. Isso é um contrato inovador, sendo o primeiro neste formato para a Companhia, e temos certeza de que irá se multiplicar, pois o consumo da Deso é bem maior do que essas plantas produzem atualmente. Então, esse modelo será, certamente, replicado, com toda a capacidade de consumo que a empresa tem para se autoabastecer. Essa planta tem a capacidade de abastecer 50 mil casas, então dessa forma, passamos a produzir uma energia equivalente a esse número, contribuindo assim com o meio ambiente, gerando menos energias vindas de outras fontes, diversificando muito mais, e, principalmente, estamos colocando a energia dentro dos pontos de consumo, sem sobrecarregar o sistema elétrico como um todo”, frisa Marcos Miranda, CEO, da Central Energética, responsável pela construção e operação das usinas.

EMBASA

Empresa Baiana
de Águas e
Saneamento

Laboratório Central da Embasa amplia tecnologia para detecção de agrotóxicos na água distribuída

Nos últimos dois anos, a empresa investiu R\$ 12 milhões na manutenção e ampliação de toda a estrutura dos laboratórios de controle da qualidade da água



O Laboratório Central da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) adquiriu tecnologia e implantou metodologia que ampliou a capacidade da empresa de investigar a presença de agrotóxicos na água captada em mananciais e produzida em suas estações de tratamento. Dos 53 tipos de substâncias cuja análise é determinada pela Portaria de Potabilidade do Ministério da Saúde, o Laboratório Central analisa 41 delas.

“Com a inclusão recente de mais 18 substâncias que devem ser monitoradas, chegamos a uma economia da ordem de R\$ 3,6 milhões que eram gastos para o controle da presença de agrotóxicos na água em laboratórios externos.



Nosso desafio é ampliar gradativamente esta cobertura de análise para que, num futuro próximo, o Laboratório Central alcance autonomia e agilidade para este tipo de análise e não precise terceirizar esse serviço”, explica Fabrício Tourinho, gerente de Controle de Qualidade da Água e Efluentes da Embasa.

Desde sua captação em estado bruto nos mananciais até a chegada nos domicílios em 367 municípios, a água tratada e distribuída pela Embasa é submetida a um rigoroso controle de qualidade, garantia de saúde e segurança para os consumidores baianos. A ampla rede de instalações e equipamentos voltada para garantir a potabilidade da água distribuída é composta do Laboratório Central, em Salvador, 13 laboratórios regionais, em cidades do interior, e 470 laboratórios locais, que funcionam nas estações de tratamento de água (ETA) ou nos escritórios locais da empresa.

Nos últimos dois anos, a empresa investiu R\$ 12 milhões na manutenção e ampliação de toda a estrutura dos laboratórios de controle da qualidade, com ações que vão desde a aquisição de equipamentos mais modernos à incorporação de novas rotinas e técnicas de análise laboratorial que garantem o atendimento às normas regulamentadoras dos padrões de potabilidade da água e dos padrões ambientais para lançamento de efluentes determinados por lei.

Além da análise para detecção de agrotóxicos, a Portaria de Potabilidade estabelece o monitoramento de metais pesados, solventes, protozoários, cianobactérias, cianotoxinas e coliformes, dentre outros poluentes químicos, físico-químicos e bacteriológicos, que podem estar presentes na água. Ao todo, a Portaria determina 142 parâmetros de investigação para o controle de qualidade da água.

Garantia de qualidade

A rede de laboratórios da Embasa é responsável pelo monitoramento de 16.880 pontos de coleta distribuídos em mananciais, captações de água, Estações de Tratamento de Água (ETAs), poços, reservatórios e redes distribuidoras, sendo 1.380 em Salvador e Região Metropolitana e outros 15.500 distribuídos nos demais municípios atendidos pela Embasa.

Somente o Laboratório Central, em Salvador, costuma receber, por mês, 7 mil amostras provenientes da Região Metropolitana de Salvador (RMS) e do interior do estado. Juntos, os laboratórios da Embasa realizam uma média anual de 3,7 milhões de análises de amostras.

SANEAGO
Saneamento de
Goiás S. A



Saneago leva rede de esgoto para mais 830 mil goianos

Os esforços da empresa são para que os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, com qualidade e regularidade, cheguem para todos

O serviço de esgotamento sanitário alcançou mais 830 mil pessoas em Goiás, nos últimos quatro anos. Desde 2019, a Saneamento de Goiás S. A. (Saneago) expandiu o sistema em mais de 10 pontos percentuais, saindo de 59% para 70% de atendimento com esgoto – acima da média nacional no quesito, que é de 55%. Nos municípios atendidos pela

Saneago, hoje já são 4,3 milhões de pessoas beneficiadas.

Embora o cenário recente tenha sido de condições pouco favoráveis, com os desdobramentos da pandemia de Covid-19, foram contornadas as dificuldades para a contratação de obras e aquisição de materiais, que incluíam aumento do preço dos insumos. Foram



entregues trabalhos que já beneficiam moradores de Alvorada do Norte, Anápolis, Anicuns, Aparecida de Goiânia, Cristalina, Formosa, Goiânia, Iporá, Jataí, Pirenópolis, Porangatu, Rio Verde, Trindade e Vianópolis, por exemplo.

Universalização

O índice de atendimento com esgotamento sanitário em Goiânia é de 97%. Mesmo assim, a Saneago continua investindo, com diversas frentes de expansão do sistema de esgoto na capital. Desde 2019, a rede coletora foi ampliada em mais de 510 km, especialmente pelas obras nas regiões Noroeste e Oeste – áreas que eram as menos atendidas com os serviços. Ainda neste período, cerca de 113 mil pessoas foram beneficiadas com sistema de esgotamento sanitário em suas residências e comércios.

Também em Goiânia, estão em fase final as obras de implantação do tratamento secundário na Estação de Tratamento de Esgoto Dr. Hélio Seixo de Britto. Com sua conclusão, a unidade passará a contar com tratamento se-



cundário, por lodos ativados, elevando ainda mais os índices de remoção de carga orgânica – o que significa maior eficiência no tratamento do esgoto.

Interior

Na ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Porangatu, no Norte de Goiás, os investimentos foram de R\$ 29,5 milhões. A obra representou salto no índice de atendimento dos serviços no município, que agora alcança 76% dos habitantes – rumo à universalização.

Já na turística Pirenópolis, a Saneago investiu R\$ 9 milhões, beneficiando cerca de 4 mil pessoas com redes coletoras e com a nova Estação de Tratamento de Esgoto. Para preservar o patrimônio histórico, a execução das obras seguiu

rigorosamente todas as determinações técnicas do Iphan.

Em Anápolis, terceiro maior município goiano, obras para ampliar o sistema de esgotamento sanitário estão em contratação e somam mais de R\$ 67 milhões. Os esforços da Saneago são para que os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, com qualidade e regularidade, cheguem a todos, sem distinção – dos menores municípios e regiões mais afastadas aos grandes centros urbanos.

SANESUL

Empresa de
Saneamento
de Mato
Grosso do Sul

Sanesul celebra 2º ano da PPP do Saneamento como um extraordinário case de sucesso

Com a iniciativa consolidada, a empresa passa a direcionar seu foco de atuação exclusivamente para abastecimento de água

Quando o Atlas Esgotos apontava que seriam necessários investimentos bilionários em coleta e tratamento de esgotos para cumprir as metas do Marco Legal do Saneamento Básico, Mato Grosso do Sul apostou logo na PPP (Parceria Público Privada). Esse foi um passo decisivo para a consolidação de um grande projeto que soma R\$ 3,8 bilhões, sendo R\$ 1 bilhão revertido para obras de implantação e expansão de sistemas de esgoto e R\$ 2,8 bilhões serão empregados na operação e manutenção dos serviços.

Há dois anos, a Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (Sanesul), embarcou em uma PPP com o objetivo de revolucionar o setor. Agora, comemorando o segundo aniversário desta iniciativa corajosa, a Companhia tem motivos de sobra para celebrar. A PPP do Saneamento se tornou um verdadeiro case de sucesso, transformando positivamente a realidade do saneamento no Brasil.

Antes da implantação da PPP, a situação do saneamento no Estado era desafiadora, apesar dos investimentos de monta. A Sanesul enxergou na parceria público-privada uma oportunidade de garantir melhorias significativas para a população. Com 60 % da área de cobertura do esgotamento sanitário, Mato Grosso do Sul avança a caminho da universalização do setor a partir do desenvolvimento de novos projetos voltados a

obras de infraestrutura de saneamento básico.

O modelo que une dinheiro público e privado encurta o tempo de espera pelo serviço, por mais saúde, melhor qualidade de vida e dignidade. A expectativa é de assegurar esgotamento sanitário para 1,7 milhão de pessoas até 2031, dois anos antes do prazo previsto no marco legal.

Para o governador de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, que à época era o secretário de Estado de Infraestrutura e foi um dos protagonistas da grande parceria, a PPP é a coroação de um trabalho de preparação da empresa para os desafios do saneamento, lembrando que as obras, devido ao grande volume de investimentos, desencadeiam desenvolvimento, geram empregos e renda.

Ao celebrar o segundo aniversário desta iniciativa, a empresa Ambiental MS Pantanal, contratada para dar continuidade às obras de saneamento nos 68 municípios onde a empresa detém a concessão dos serviços públicos, apresentou resultados impressionantes. Mais de 12 mil novas famílias foram conectadas à rede de esgoto, 63 mil serviços preventivos foram executados em estações elevatórias e mais de 29 mil serviços de desobstrução foram realizados, impactando positivamente a vida de mais de 1 milhão de sul-mato-grossenses.

Na avaliação da diretoria da empre-

sa, os resultados obtidos pela Sanesul nesse curto período são impressionantes. A empresa conseguiu ampliar significativamente a cobertura em esgotamento sanitário, levando esse serviço para comunidades que antes viviam em condições precárias. Tudo isso com um diferencial: 100% do esgoto coletado é tratado, contribuindo de maneira efetiva na preservação do meio ambiente.

Com a PPP consolidada, a Sanesul passa a direcionar seu foco de atuação exclusivamente para abastecimento de água, buscando as melhores práticas e qualificando os serviços prestados aos seus clientes.

Novos investimentos

Ao apresentar em 24 de abril o seu plano de gestão, denominada “Ano 1 de um novo ciclo de desenvolvimento”, o governador Eduardo Riedel destacou que o governo investirá com recursos próprios R\$ 176 milhões e mais R\$ 220 milhões em parceria público privada ainda este ano, totalizando R\$ 396 milhões em obras de saneamento, caminhando fortemente para a universalização do saneamento básico. “É algo transformador para nosso Mato Grosso do Sul modernizar a infraestrutura”, anunciou o governador.

Segundo Riedel, Mato Grosso do Sul será o primeiro estado do país a universalizar o sistema de esgotamento sanitário nas 68 cidades onde a Sanesul opera. “A previsão é que em quatro anos, o Mato Grosso do Sul alcance a cobertura de 80% do estado com esse serviço”, diz trecho do plano de gestão apresentado pelo governador em ato público.

A PPP do saneamento também teve um impacto positivo no meio ambiente. A Sanesul implementou programas de preservação e conservação dos recursos hídricos, promovendo a conscientização sobre a importância da água e a necessidade de seu uso sustentável. Além disso, a empresa adotou medidas para o tratamento adequado dos resíduos e efluen-

tes, contribuindo para a preservação dos ecossistemas locais.

Reconhecimento nacional

O sucesso da PPP do saneamento da Sanesul não passou despercebido. A iniciativa tem sido amplamente reconhecida e elogiada em âmbito nacional, sendo destacada como um modelo a ser seguido por outras empresas públicas e municípios. O compromisso da Sanesul com a qualidade, eficiência e sustentabilidade se tornou uma referência no setor, demonstrando que parcerias bem estruturadas podem fazer a diferença na oferta de serviços essenciais à população. Com a PPP do saneamento consolidada como um case de sucesso, a empresa buscará expandir ainda mais a cobertura e a qualidade dos serviços, sempre buscando melhor atender à população sul-mato-grossense.

“A celebração do segundo ano da PPP é um marco importante que evidencia o êxito alcançado até o momento. A transformação positiva da realidade da água e de esgotamento no estado é resultado de investimentos significativos, modernização da infraestrutura e comprometimento com a qualidade e sustentabilidade”, atesta Renato Marcílio, diretor-presidente da Sanesul.

A Sanesul demonstra com isso que é possível superar desafios e promover mudanças positivas por meio de parcerias bem estruturadas. Com boas perspectivas futuras, a empresa está determinada a continuar expandindo a cobertura e aprimorando os serviços, visando garantir o acesso universal ao saneamento básico e contribuir para a qualidade de vida da população. A PPP em MS é, indiscutivelmente, um extraordinário case de sucesso que inspira e estimula outras empresas e governos a adotarem iniciativas inovadoras para transformar o setor de saneamento no Brasil.

A ideia daqui para a frente, segundo Marcílio, é desenvolver um estudo interinstitucional voltado para a execução dos projetos de universalização do

esgoto visando à melhoria da qualidade de vida da população, à preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, conforme assunto recentemente discutido entre as diretorias da Sanesul, da Agems (Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos) e da Ambiental MS Pantanal.

Regionalização

Um dos grandes avanços no setor foi a instituição, no ano passado, da lei nº 5.989, que prevê a criação das unidades regionais do saneamento, sancionada em 15 de dezembro de 2022 pelo então governador Reinaldo Azambuja, quando foram criadas duas grandes regiões, a das cidades operadas pela Sanesul e outra integrada pela capital e o bloco dos SAAEs (Serviço Autônomo de Água e Esgoto).

O intuito é que os municípios atendidos pela Sanesul e os que compreendem os SAAEs – Bandeirantes, Bela Vista, Cassilândia, Corguinho, Costa Rica, Glória de Dourados, Jaraguari, Paraíso das Águas, Rochedo e São Gabriel do Oeste, e mais Campo Grande - integrem as duas unidades regionais.

A regionalização é uma das principais estratégias nacionais para garantir a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Brasil até 2033, com objetivo de unir municípios em grupos para que juntos possam pensar em soluções para o setor, ter ganhos de escala e viabilidade técnica e econômico-financeira na prestação dos serviços em futuros contratos que podem ser prestados de forma regionalizada.

A Sanesul vive um grande momento nesses seus 44 anos, mas para chegar até aqui superou muitos desafios, possibilitando mudanças significativas nos indicadores sociais e econômicos do estado, a começar pelo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que é uma medida que avalia o bem-estar geral da população, levando em consideração fatores como expectativa de vida, educação e renda per capita.

Empresas que aderem a programas de excelência do PNQS avançam na universalização

Companhias estaduais preocupadas com ESG têm altas taxas de atendimento urbano de água potável

Os programas de excelência do Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS) têm auxiliado muito no desempenho das companhias estaduais que aderem a uma gestão com olhos para a governança ambiental, social e corporativa (ESG). É o que revela um levantamento da Compumax, que analisou o atendimento urbano de água potável no período de 1997 a 2020.

O estudo compara a performance de empresas que implementaram fundamentos do Modelo de Excelência em Gestão ESG do Saneamento Ambiental (MEGSA) com as que não optaram pelo formato. A população atendida por companhias dentro dos parâmetros do PNQS subiu, com aten-

dimento urbano de água potável na média de 96%.

Consultor em Gestão Avançada ESG 2.0 e Gerente Geral da Compumax, Carlos Schauff foi responsável por tabular as informações de mais de duas décadas do Sistema Nacional de Informações do Saneamento (SNIS). “Os dados mostram que empresas de saneamento estaduais que adotaram o modelo de excelência do PNQS estão mantendo níveis universalizados ou quase universalizados de abastecimento de água potável, mesmo com o crescimento da população”, explica.

Os programas de excelência facilitam o desempenho das companhias estaduais por envolver toda a cadeia de gestão: processos e pessoas, lideranças,

estratégias, clientes, sociedade, conhecimento, inovação e tecnologia. Segundo Schauff, que também é consultor técnico em Gestão PNQS e ABES ESG Index na Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) e membro do Conselho 2023-2025 da Academia Brasileira da Qualidade, o MEGSA gera um diferencial competitivo muito significativo.

“O diferencial competitivo análogo se dá em indicadores de coleta de esgoto, seu tratamento e perdas de faturamento. O MEGSA ESG, nome do modelo do PNQS desde 2022, que incorpora conceitos de ESG 2.0, como negatificação de carbono e consumo responsável, guia as empresas de saneamento para obtenção de resulta-

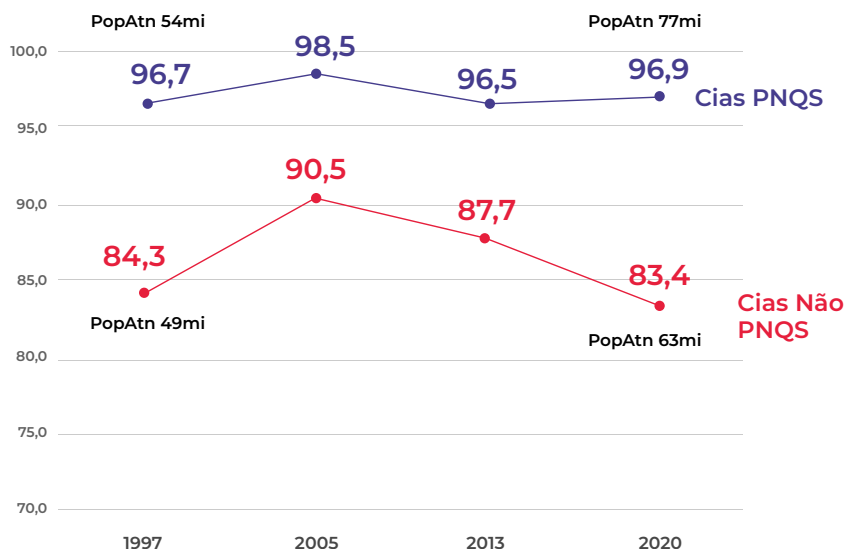




dos de competitividade superiores”, complementa.

Analisar esses dados mostra como a mudança de chave na gestão é importante tanto do ponto de vista empresarial quanto do ambiental. Para Schauff, são avanços que impactam diretamente no ecossistema. “O saneamento é fundamental para a preservação e restauração dos recursos naturais por meio dos cuidados com a água e suas fontes e do consumo responsável, bem como por meio da recuperação total de recursos existentes nas águas residuais. Tratar esgoto é mais do que gerar efluentes suportáveis pelos corpos d’água. É neutralizar completamente os impactos do consumo de água pelo ser humano”, finaliza.

Atendimento Urbano de Água Potável Média Pond. Pop. (%)





SERGIO ANTONIO GONÇALVES

Mestre em Saúde Pública na área de estudo da Gestão e Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento (Fiocruz), engenheiro civil e bacharel em Química, secretário executivo da Aesbe.

OPINIÃO

Para que e para quem serve a regulação do Saneamento Básico?

No Brasil, em meados dos anos 1990, o governo federal introduziu suas teses que tratavam da presença do Estado na economia e seu tamanho ideal. Esta presença consolidou-se pela instituição da Lei 8.987/95, e foi um marco para o início das concessões e da regulação.

As primeiras experiências em regulação foram na área de energia elétrica (ANEEL), em 1996, e na área de telecomunicações, em 1997. No caso do saneamento, nessa década havia poucos reguladores, os quais foram criados quando alguns municípios optaram em conceder a prestação dos serviços para a iniciativa privada e tiveram que delegar ou criar órgão de regulação.

Para o setor de saneamento, as primeiras concessões em saneamento foram feitas nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim/ES, realizada em 1998; os municípios de Armação dos Búzios, Cabo Frio, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia, localizados na região dos Lagos, no Rio de Janeiro, realizada em 1998; e o município de Manaus, em 2000, entre outros que se sucederam.

Com a Lei 11.445 em 2007, definitivamente a regulação foi trazida para o setor, o que considero um divisor de águas, pois se tornou obrigatória para qualquer prestador de serviços de saneamento básico e não apenas para aqueles concedidos à iniciativa privada.

Dentre algumas inovações trazidas pela lei, destaco a determinação da obrigatoriedade da regulação para dar validade aos contratos de programa ou de concessão.

Observando-se os dados históricos do Sistema de Informações em Saneamento (SNIS), vê-se que ocorreu um crescimento considerável na criação de agências reguladoras após a Lei de Saneamento de 2007.

Atualmente, existem pouco mais de 50 agências reguladoras entre estaduais, regionais e municipais.

Alguns especialistas advogam que, em função desta grande quantidade de agências, há situações existentes em vários estados com normativos distintos e não padronizados para o mesmo prestador de serviços, gerando inseguranças técnicas e jurídicas, causando assim instabilidade na prestação dos serviços.

Com o tempo, observou-se que muitos reguladores não estavam preparados por não possuírem profissionais qualificados para o cumprimento das atividades. Lembrando que os componentes do saneamento básico não se restringem a água e esgotamento sanitário, mas também para resíduos sólidos e águas pluviais urbanas.

Na intenção amenizar possíveis conflitos no ano de 2020 com as alterações promovidas pela Lei nº 14.026, a regulação foi reafirmada e trouxe para a esfera federal o tema, por intermédio da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que passou a ter a competência para instituir normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, e como já era anteriormente, cabendo aos reguladores infranacionais a regulação propriamente dita. Passaram-se aproximadamente três anos desde a promulgação da Lei e o setor ainda se ressentia de normas importantes.

Ampliando um pouco mais o debate de ideias e a função social da regulação, observa-se, ainda, que inúmeras agências não atuam para o cidadão. Isso é um vício de origem, no qual os reguladores tinham uma visão direcionada à regulação puramente econômica e contábil, enviesando a missão das agências reguladoras.

Posso inferir que, dentre outros fatores que interferem nas atividades de regulação, são as indicações políticas, sem a qualificação necessária para os cargos de direção, e a ausência da autonomia administrativa e financeira que enfraquecem a ação de Estado das agências.

Embora algumas agências tenham incorporado fatores sociais e de universalização dos serviços, tais avanços ainda são tímidos.

Segundo estudo que tratou dos “Aspectos conceituais da regulação dos serviços de água e esgoto no Brasil”, Galvão Junior e Paganini (2009), ao analisarem de forma comparativa a regulação do saneamento com a de outros setores da infraestrutura, concluíram que, em função das características físicas, econômicas e institucionais do setor de água e esgoto, seria bastante complexo o estabelecimento efetivo dessa atividade conforme os princípios da lei de saneamento.

Em janeiro de 2023, a lei de saneamento completou 15 anos e, em julho, a Lei nº 14.026 completará 3 anos e, ainda, temos muito a avançar como, também, avaliar os seus impactos sobre a regulação.

Assim, a regulação para o saneamento, dada as suas especificidades, que não são triviais, em se tratando de um serviço público de monopólio natural, continua sendo um desafio a ser enfrentado pelo setor.

Neste sentido, devem-se buscar novos aprendizados com o desenvolvimento de novas estratégias e métodos diferenciados daqueles tradicionalmente utilizados por outros setores, para que possamos alcançar os resultados favoráveis preconizados pelas diretrizes nacionais de saneamento.

Empresa Pioneira em Contratos de
PERFORMANCE



Soluções Integradas em Saneamento

ESPECIALISTA EM:

- REDUÇÃO DE PERDAS REAIS E APARENTES
- AUMENTO DO FATURAMENTO

(11) 5581.4700
www.enorsul.com.br

APAREÇA NA PRINCIPAL PUBLICAÇÃO DO SANEAMENTO NO PAÍS

Entrevistas com especialistas, parlamentares, dirigentes de empresas de saneamento e mais.

Distribuição para empresários, deputados, senadores e **dirigentes do setor**.

A cada três meses **uma nova edição**.

10 mil exemplares impressos.



ANUNCIE

Solicite o mídia kit: 61 3022-9600

Aesbe.org.br

comunicacao@aesbe.org.br